



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE LETRAS LIBRAS**

WAGNER PEREIRA DA SILVA

**A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM CAMPINA
GRANDE (PB): O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PASTORAL DO
SURDO (1997-2022)**

CAMPINA GRANDE

2023

WAGNER PEREIRA DA SILVA

**A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM CAMPINA
GRANDE (PB): O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PASTORAL DO
SURDO (1997-2022)**

Monografia de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Letras Libras da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial à conclusão
do curso.

Orientadora: Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto.

CAMPINA GRANDE

2023

S586h

Silva, Wagner Pereira da.

A História da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em Campina Grande (PB): o surgimento e o desenvolvimento da Pastoral do Surdo (1997-2022) / Wagner Pereira da Silva – Campina Grande, 2023.

58 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Letras – Libras) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto."

Referências.

1. Acessibilidade Linguística. 2. Língua de Sinais. 3. Libras. 4. Igreja Católica. 5. Pastoral do Surdo – Campina Grande - PB. 6. Comunidade Surda Católica de Campina Grande. I. Porto, Shirley Barbosa das Neves.

II. Título.

CDU 81'33-056.263 (043)

WAGNER PEREIRA DA SILVA


**A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM
CAMPINAGRANDE (PB): O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA
PASTORAL DO SURDO (1997-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Letras Libras da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial à
conclusão do curso.


Orientadora: Dra. Shirley Barbosa das Neves
Porto.

Aprovada em: 16 de novembro de 2023.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 SHIRLEY BARBOSA DAS NEVES PORTO
Data: 11/12/2023 16:42:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto. – UFCG

Documento assinado digitalmente
 NIEDJA MARIA FERREIRA DE LIMA
Data: 10/12/2023 20:43:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 1: Profa. Niédja Maria Ferreira de Lima

Documento assinado digitalmente
 JOSE TIAGO FERREIRA BELO
Data: 07/12/2023 12:22:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador 2: Prof. José Tiago Ferreira Belo

CAMPINA GRANDE

2023

A Deus.
Por ser meu tudo.

A minha mãe Valdeiza.
Pelo amor recíproco.

Aos demais familiares e amigos.
Pelo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Em um momento tão significativo como este, no qual as palavras parecem pequenas em comparação com a gratidão que sinto, quero dedicar este espaço a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço, primeiro, ao Senhor Deus e à Nossa Senhora, por tudo o quanto tem feito em minha vida, e por me ajudar imensuravelmente a todo momento.

Aos meus familiares, em especial, à estrela maior, minha mãe, Valdeiza, que sempre acreditou e acredita no meu potencial e me apoia. À minha irmã Valquíria, que também é uma grande apoiadora e incentivadora e aos que constantemente pedem e intercedem a Deus pela minha vida. Estes estão sempre apoiando e incentivando meu empenho e minha dedicação, não somente no que diz respeito ao curso, mas, em tudo que venha agregar valores à minha carreira acadêmica.

Meus sinceros agradecimentos e eterna gratidão à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por me conceder a oportunidade e o privilégio de ser mais um discípulo capacitado para o mercado de trabalho, transformando-me em um excelente profissional, cumprindo com excelência sua missão na vida de mais um jovem e privilegiando-o no que diz respeito à busca de conhecimento.

Aos professores da instituição que contribuíram de forma inigualável com seus conhecimentos e responsabilidades para com todos os alunos, destacando minha orientadora, Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto. A estes, minha consideração e gratidão. E àqueles que colaboraram e colaboram de forma direta ou indiretamente, muito obrigado a todos. E sempre frisando que este não é o fim, pois tudo isso é apenas o início de uma grande jornada.

Que este agradecimento sirva não apenas como uma expressão de minha gratidão, mas também como um lembrete de que o apoio e o amor dos outros podem nos levar a alturas que jamais pensamos alcançar sozinhos.

Com amor e gratidão infinitos, Wagner Pereira Da Silva.

Somos um ou dois?
Às vezes, nenhum.
E em seguida, Tantos!

(Cecília Meireles)

RESUMO

Este estudo objetiva apresentar e descrever que avanços na comunidade surda podem se manifestar e ser visibilizados reflexivamente, especificamente sua história no âmbito religioso, nas terras da Borborema, **tendo como o objeto a Pastoral de surdos, que culmina na análise do contexto histórico/social da Libras na Igreja Católica, no Brasil e em Campina Grande, a partir da ação da Pastoral do Surdo na Diocese de Campina Grande/PB. Como objetivos específicos delimitamos: identificar como se deu o desenvolvimento histórico da Pastoral do Surdo;** analisar as consequências e contribuições dessa Pastoral entre os anos 1997 e 2022 para a comunidade surda católica no âmbito social/religioso e para o curso de Letras Libras e formação de professores; evidenciar os avanços dessa Pastoral para a inserção da Comunidade Surda na Igreja Católica de Campina Grande e sua relevância para a disseminação da Libras na referida cidade. Para tal, fez-se necessário percorrer um caminho histórico, trazendo dados que contribuíram de forma efetiva para seu desenvolvimento, estando sua influência presente até os dias ordeiros como afirmam os autores Schafer (1991), Moura (2000), Amato (2006), Gianini (2012), entre outros. Por isso, **todo o processo de investigação se deu através dos princípios metodológicos de base qualitativa nos métodos** e na execução. Para tanto, foi utilizada majoritariamente a pesquisa bibliográfica Gil (2006) e documental. **Como resultados, vemos que,** apesar dos avanços, ainda há muito a se fazer para que os surdos tenham acessibilidade linguística e, assim, contribuam para o progresso da região de Campina Grande - PB, e para que as práticas religiosas sejam cada vez mais acessíveis a estes sujeitos. Eles ainda sofrem com a falta de acesso à informação e à comunicação em espaços públicos, mesmo que existam leis e decretos que garantam seus direitos. É importante ressaltar que tais fatos podem ainda se tornar desdobramentos futuros para outras pesquisas, tendo a possibilidade de serem mais aprofundados, discutidos e analisados.

Palavras-chave: Igreja Católica; Língua de Sinais; Libras; Pastoral do Surdo. Campina Grande-PB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCG	Associação de Surdos de Campina Grande
AM	Amazonas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CACE	Centro de Assistência a Ciência Excepcional
CE	Ceará
CG	Campina Grande
CH	Centro de Humanidades
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNSM	Colégio Nacional para Surdos-Mudos
CODESP	Coordenadoria de Educação Especial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COPAUI	Cooperativa Vicente de Paulo Penido Burnier
CONDICISUR	Direito dos Surdos do Estado de São Paulo
d. C	Depois de Cristo
ECC	Encontro de Casais com Cristo
EJC	Encontro de Jovens com Cristo
EC	Encontro com Cristo
EDAC	Escola de Audiocomunicação de Campina Grande
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FENEIDA	Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos
FEPEC	Federação Brasileira de Entidades de Cegos
INES	Instituto Nacional do Ensino de Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ICAE	Instituto Campinense de Assistência ao Excepcional
ASL	Língua de Sinais Americana
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Língua de Sinais Portuguesa
LP	Língua Portuguesa
LS	Língua de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MORHAN	Movimento de Reintegração dos Hansenianos
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
ONEDEF	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
PE	Pernambuco
PB	Paraíba
PA	Pará
RCC	Renovação Carismática Católica
SciELO	<i>The Scientific Electronic Library Online</i>
TCC	Trabalho da Conclusão do Curso
UAL	Unidade Acadêmica Letras
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A história da pastoral: fontes documentais.....	12
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. PELOS CAMINHOS DA PESQUISA: A METODOLOGIA PARA ENCONTRAR A LIBRAS E A PASTORAL DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE.....	11
2.1 Os primórdios da história do povo surdo.....	13
2.2 O desenvolvimento educacional dos surdos (529 d.C. até o século XX).....	15
2.3 A educação para os surdos no Brasil	22
3 A FORMAÇÃO RELIGIOSA (CATÓLICA) E HISTÓRICA DA PASTORAL DO SURDO NO BRASIL	25
3.1. A Igreja Católica e as pessoas surdas	25
3.1.1. Igreja Católica e as pessoas surdas no Brasil	28
3.2. A história da Pastoral do Surdo Nacional.....	31
4 A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM CAMPINA GRANDE (PB) E A PASTORAL DO SURDO.....	40
4.1 A gênese e disseminação da Libras nas terras da Borborema	40
4.2 A Pastoral do Surdo em Campina Grande: Registro de uma história quase perdida	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Em meio às veredas da marcha perene do tempo e da história, o presente trabalho tem como objeto de estudo a comunidade surda assistida pela Pastoral do Surdo na cidade de Campina Grande (PB) e como se deu o desenvolvimento desta Pastoral entre os anos de 1997 e 2022, haja vista a inclusão dos surdos nas ações cotidianas da vida religiosa ser um dos grandes desafios para as comunidades religiosas no Brasil.

Por isso, nos perguntamos: como se deu o desenvolvimento histórico da Pastoral do Surdo? Quais as consequências e contribuições dessa Pastoral para a comunidade surda católica no âmbito social/religioso e também para o curso de Letras Libras e formação de professores? E, quais os avanços dessa Pastoral para a inserção da Comunidade Surda na Igreja Católica de Campina Grande e sua relevância para a disseminação da Libras em Campina Grande?

O processo de desenvolvimento da Libras no Brasil como língua legítima no interior da nação “é o coroamento de um processo bastante complexo que envolveu diversos saberes e agentes que configuram a surdez em termos de particularidade étnico-linguística” (Silva, 2019, p. 22).

Isso posto, destacamos que esse trabalho se propõe, como uma sociologia histórica ou ciência historicamente informada (Lustick, 1996, p. 606), apresentar e descrever que avanços podem se manifestar através de uma visibilidade reflexiva sobre a comunidade surda e, especificamente, sua história no âmbito religioso regional que possibilitaram a disseminação da Libras na região das terras da Borborema.

A invisibilidade das várias facetas da história da Língua Brasileira de Sinais em Campina Grande nos interpela a buscar e a nos debruçarmos sobre este tema, apesar das dificuldades encontradas por ausência de recursos bibliográficos sobre o mesmo, o que urge ainda mais por uma pesquisa mais detalhada, no intuito de contribuir para as futuras gerações.

O procedimento a ser desenvolvido foi de caráter bibliográfico, descritivo, documental e fenomenológico através da leitura e fichamento de livros e artigos, a fim de obter a construção dos capítulos, nos quais, cada um destes, apresentará um objetivo específico, mas em seu conjunto realizará o objetivo geral proposto nestas linhas.

O motor gerador de inquietação para o interesse nesse tema possui várias facetas que questionam e instigam para tal intento. Em contato direto com a Pastoral do Surdo, nas diferentes Paróquias em que ela funciona, pude enxergar de perto a riqueza e a beleza das pessoas surdas, além das famílias, dos intérpretes, sacerdotes e amigos da Pastoral que fazem com que ela se realize.

Ao buscar mais informações de como foi o surgimento desta Pastoral nas terras da Borborema, inquietei-me ao perceber que não havia muitos registros, documentações e estudos sobre o tema, o que serviu como impulso para buscar e disseminar como este opúsculo a importância da Língua Brasileira de Sinais através da Pastoral do Surdo, que se torna pontífice da ligação da pessoa surda com o fenômeno religioso, ratificando e testemunhando, também, o comprometimento da Igreja Católica com a inclusão das pessoas surdas e de outras comunidades.

Pereira (2009, p. 143-144) afirma que a exclusão religiosa faz parte de um amplo processo “de privações que sofre o indivíduo, grupos ou camadas sociais, mas que ela, a religião, detém, em seu âmago, elementos que possibilitam, senão suprimir, diminuir o grau de exclusão”. Por isso, faz-se mister reconhecermos esses subsídios religiosos que auxiliam na reinserção social dos indivíduos em suas diferentes especificidades.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, não somente pelo desejo de compreender como se deu o desenvolvimento da Pastoral do Surdo em Campina Grande, mas também pelo interesse em identificar a participação dessas pessoas numa comunidade católica e, ainda, para conhecer as formas de inclusão social praticadas e possibilitadas pela Pastoral do Surdo.

A importância deste trabalho se dá pelo fato de que um dos graves problemas sociais dos tempos hodiernos é a falta de visibilidade sobre o direito linguístico do surdo em todos os âmbitos e camadas sociais, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2019), observamos que existem 500 milhões de surdos no mundo e, até 2050, haverá – pelo menos – um bilhão em todo o globo¹.

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divulgou estatísticas sobre os surdos no Brasil. A pesquisa, realizada em 2010, elucida que ultrapassam de 10 milhões as pessoas que têm algum problema relacionado a surdez, concluindo que 5% da população do Brasil é surda. Estes contabilizam cerca 2,7 milhões de pessoas que não ouvem nada.²

Na Paraíba, a população de surdos corresponde, segundo o IBGE, a 230.140 pessoas que possuem algum tipo de dificuldade auditiva. Importante ressaltar que, 6.470 pessoas que integram esse número mencionado anteriormente possuem surdez severa/profunda. Já a população surda de Campina Grande corresponde a 20.937 pessoas, dados esses fornecidos pelo IBGE, dados do ano de 2010, quando ocorreu a pesquisa através do instituto.³

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-dedeficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em 18/04/2023.

² Disponível em: <https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/surdos-no-brasil/>. Acesso em 23/10/2023.

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/11/0>. Acesso em 25/10/2023.

Silva (2022) ratifica a importância da pesquisa sobre as formas de participação ou exclusão e também sobre o desenvolvimento da Pastoral dos Surdos na Igreja Católica no Brasil expondo que:

[...] proporcionará conhecimentos acerca do processo de possível exclusão ou inclusão dos surdos, produzirá informações, dados, questionamentos e reflexões que corroboram para o avanço do conhecimento científico, além de subsidiar políticas públicas e religiosas para a inclusão das pessoas com deficiência, especialmente os deficientes auditivos (p. 19).

Por conta desse interesse, é que nos propusemos a elaborar esta pesquisa para melhor compreender e elucidar questões que se relacionam com a Libras, tão importante para os surdos brasileiros, “não apenas como meio de comunicação e de interação social, mas, especialmente, como instrumento do pensamento, como nos ensina Vigotski” (Steeffen, 2022, p. 23) e sua importância na ligação do Surdo com o Sagrado no catolicismo (Silva, 2019, p. 25).

Mesmo frente às fontes precárias no cenário da pesquisa em Campina Grande e, apesar dos obstáculos com a coleta de dados e receptividade nos recintos que se encontram em recônditos ocultos sem acesso à pesquisa, cremos que é mister a renovação da historiografia desta Pastoral.

É com esse intento, de colocar luz a essa história esquecida, que seguiremos, tendo em vista que, no Brasil, “avancamos bastante nos estudos de descrição linguística da Libras, mas poucos ainda são os registros históricos detalhados sobre como ela emergiu dos encontros entre surdos e se disseminou, compõe as comunidades surdas no país” (Silva; Lima et.al. 2020, p. 247).

Por termos a consciência de sermos sujeitos históricos e de sabermos que todos têm direito a conhecer, estudar, pesquisar e analisar nossa própria história, é que sabemos da urgência da estruturação e direito da comunidade surda saber sua própria história – nesse caso, no microcosmo da Pastoral do Surdo em Campina Grande – e é tratar dela que nos propomos neste trabalho.

No primeiro momento, analisaremos um pouco da história da Língua Brasileira de Sinais no Brasil, posteriormente, no segundo momento veremos a história da Pastoral do Surdo no Brasil e especificamente em Campina Grande. E por fim, nos debruçaremos sobre a contribuição e importância dessa Pastoral para a comunidade surda na cidade de Campina Grande, a partir da discussão acerca da relevância desse estudo para a historiografia ainda limitada a respeito do tema abordado.

Desse modo, o Trabalho de Conclusão do Curso se divide em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais, são eles:

1. Pelos Caminhos da Pesquisa: A Metodologia para Encontrar a Libras e a Pastoral de Surdos de Campina Grande, apresentaremos todo o processo de investigação, através dos princípios metodológicos e métodos a utilizar, incluindo toda explicitação e fundamentação no que diz respeito às opções metodológicas e ao processo heurístico seguido nesse estudo.

2. O Processo de Inclusão Religiosa e Social do Surdo no Brasil, com o objetivo de analisar, no contexto histórico/ social – de maneira introdutória, a história da Libras em Campina Grande, a partir da ação da Pastoral do Surdo na diocese de Campina Grande/PB.

3. A Formação Histórica da Pastoral do Surdo no Brasil, no qual abordaremos como se deu no Brasil a criação e estruturação da Pastoral do Surdo e como foi seu processo de desenvolvimento.

4. A História da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em Campina Grande (PB): O Surgimento, Desenvolvimento e Contribuição da Pastoral do Surdo, último capítulo, no qual abordaremos a temática histórico-religiosa-social da criação e do desenvolvimento da Pastoral do Surdo na cidade de Campina Grande e sua contribuição para a Libras na referida cidade.

1. PELOS CAMINHOS DA PESQUISA: A METODOLOGIA PARA ENCONTRAR A LIBRAS E A PASTORAL DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa historiográfica exploratória, descritiva e documental, pois se propõe a oferecer maior clareza ao tema apresentado, no sentido de proporcionar visão geral sobre a história da língua de sinais, sobretudo, na cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba, como também sobre a pastoral do surdo nesta mesma cidade.

Schafer (1991, p. 32) propõe a investigação historiográfica como “processo multidisciplinar em que conhecimentos diversos se inter-relacionam e vai gerando conceitos qualitativos na visão da história”. Deste modo, “faz-se relevante conhecer o passado [...] e a situação em que este se encontra atualmente, no intuito de fornecer subsídios para a reflexão e o debate acerca de novas propostas [...]” (Amato, 2006, p. 145).

Quanto ao delineamento da pesquisa, seu planejamento e execução, foi utilizada majoritariamente a pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, lembrando que, para Gil (2006, p. 44): “Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas”, de e abordagem qualitativa, possibilitando observação e análise de diferentes perspectivas e busca responder às questões específicas de uma dada realidade, trabalhando na perspectiva dos motivos e significados (MINAYO, 2015).

A pesquisa, para construção de uma história das relações entre a Igreja Católica e os surdos, foi realizada a partir das plataformas: - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD; - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC e - *The Scientific Electronic Library Online* – SciELO. Foram utilizadas as palavras-chave: Comunidade Surda; Pastoral do Surdo; Inclusão na Igreja Católica; Disseminação da Libras; História da Libras no Brasil etc.

Após o mapeamento dos trabalhos científicos encontrados nas três plataformas supracitadas, realizou-se a leitura dos Resumos e das Introduções de dissertações e teses, bem como de artigos científicos, os quais fez-se sua leitura na íntegra.

O intuito foi identificar e compreender quais eram os objetivos, a fundamentação teórica, a metodologia e os resultados das pesquisas quanto à temática deste estudo. Na situação das teses e dissertações, estabeleceu-se que, caso os dados encontrados no resumo e na introdução não fossem satisfatórios, adentrar-se-ia no corpo do texto, o que ocorreu com vários textos. Após esse momento, seguimos para a etapa de exploração do material a partir dos conteúdos mais relevantes e comuns, que responda aos objetivos da pesquisa.

Instrumentalizados a partir da técnica da reconstrução narrativo-histórica (Dalle; et al., 2005), cuja finalidade foi traçar o surgimento e desenvolvimento da Pastoral do Surdo na cidade

de Campina Grande, dentro do ambiente católico, construímos as informações necessárias aos objetivos gerais e específicos.

A pesquisa realizada neste trabalho foi de base qualitativa e bibliográfica, metodologicamente inspirada na análise de conteúdo (Bardin, 1977) e, dentro desse referencial teórico, as categorias de observação e análise foram a historiografia, direito linguístico, inclusão social e inclusão religiosa.

Em relação às fontes documentais listadas como necessários ao processo de construção dos dados não foram acessados, por isso fizemos um quadro para que, de modo didático, o leitor veja quais fontes contribuíram com nossas análises. Vejamos o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - A história da pastoral: fontes documentais.

Documentos listados como fontes para a construção da história da Pastoral	Não localizados/ não acessados	Localizados Acessados
Estatuto da pastoral do surdo.	X	
Fichas de Batismo, Crisma, Primeira Eucaristia e matrimônios.	X	
Atas de reuniões.	X	
Documentação da coordenação.	X	
Lista de frequência dos encontros de catequese.	X	
Documentos dos membros da pastoral.	X	
Documento que designa o padre responsável pelas pastorais dos surdos.	X	
Constituição pastoral <i>Gaudium et Spes</i> sobre a Igreja no mundo atual.		X
Documento da Santa Sé para Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981.		X
Entrevista da professora Maria do Socorro Leal Cabral para site da Diocese.		X

Fonte: Arquivos do pesquisador (2023).

Toda investigação foi realizada de um computador pessoal e também consulta a bibliotecas. O período de busca para levantamento dos dados ocorreu entre os meses de novembro de 2022 a maio de 2023, tendo sido delimitado, como recorte temporal, o período de 1997 a 2022, que se configura desde o ano de sua criação até o ano em que se iniciou a pesquisa.

Isso posto, apresentamos, a seguir, nossa fundamentação teórica.

2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DO POVO⁴ SURDO

Este capítulo está dividido em quatro seções, sendo destacados os pontos nos quais explicitamos que, desde sempre, os surdos desempenharam um papel significativo em várias culturas, enfrentando desafios únicos e desenvolvendo formas inovadoras de comunicação

Os primórdios da história do povo surdo revelam uma incrível resiliência e criatividade, com comunidades surdas florescendo em diferentes partes do mundo. No entanto, foi apenas a partir de 529 d. C. que há primeiros registros documentados de instituições educacionais para surdos, marcando o início do desenvolvimento educacional formal para essa comunidade.

Ao longo dos séculos, os métodos de ensino para surdos passaram por várias transformações, culminando nos anos do oralismo, e foi no século XX quando a educação para surdos foi moldada por abordagens cada vez mais inclusivas e centradas no aluno. No contexto específico do Brasil, a educação para os surdos também teve sua própria evolução, com políticas e práticas adaptadas para atender às necessidades únicas dessa comunidade no país. Esse percurso histórico não apenas ilustra a resiliência e a determinação dos surdos, mas também destaca a importância de se promover a inclusão contínua e o acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, sendo esclarecido com mais profundidade nas seções a seguir.

2.1 Os primórdios da história do povo surdo

Ao nos debruçarmos sobre a história do povo surdo, percebemos o que nos dizem Perlin e Miranda (2003, p. 20): “olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder é uma experiência na convivência do ser na diferença”, diferença esta que foi barbarizada e marginalizada ao longo da história, travessando processos geracionais discriminatórios e estigmatizantes, roubando-lhes até a condição de seres humanos, como veremos no decorrer deste capítulo, com raras exceções.

⁴ Povo surdo é definido por Strobel (2008b, p. 6) como "um conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como a cultura surda, uso da língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado". Vale observar, ao adotar a referência de povo surdo, que continua se levando em conta que, como qualquer outro grupo, também eles não constituem um grupo homogêneo. Têm, sem dúvida, distintas identidades surdas, múltiplas e multifacetadas, construídas também a partir de "marcadores de diferença" tais como grupos étnicos, gênero, sexo, idade e classe (SCHWARCZ, 1989, p. 56).

No lugar considerado o berço da civilização, a Grécia, os surdos eram tidos como incapazes, condenados à morte e jogados em precipícios. Também em Roma, a mesma prática era exercida: “por serem considerados enfeitizados, e, por isso, merecedores de castigos, eram atirados ao rio Tibre ou abandonados”. Isto também era embasado e defendido por alguns dos filósofos construtores da civilização ocidental, como é o caso de Heródoto, que afirmava que “eles eram castigados pelos deuses” (Andreis-Witkoski, 2015, p. 25).

Já Aristóteles defendia que uma pessoa que não verbalizasse não possuía linguagem e, tampouco, pensamento:

[...] de todas as sensações, a audição é a que contribui mais para a inteligência e o conhecimento, [...] portanto, os nascidos surdos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão. Logo, pela lógica adotada, não eram considerados humanos e, por tal, sequer era aventada a ideia de vir-se a dedicar atenção à educação dos mesmos (VELOSO; MAIA FILHO, 2011, p. 28).

Esse estigma que não se restringia apenas ao povo surdo, mas perpassava qualquer mera característica ou deficiência que o diferenciava da maioria, “deixava de considerar o diferente como uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída, a quem é imposto um descrédito muito grande” (Goffman, 1988, p. 12). A definição de “incapazes” os colocava num lugar de bestialização do humano, muitas vezes colocando-os em correntes e jaulas, segregando de maneira total e vergonhosa.

Todavia, o mais longe que as fontes nos permitem recuar é à Antiguidade e à civilização egípcia. E segundo Berthier (1827, p. 80 *in* Carvalho, 2012, p.1), “na civilização egípcia, os surdos eram adorados como deuses já que a população acreditava que os surdos transmitiam mensagens secretas dos deuses ao faraó e este transmiti-as ao povo, servindo o surdo como um mediador entre os deuses e os faraós”, o que os colocava numa posição respeitável na sociedade.

Esse caso isolado da Antiguidade não continua ocorrer no desenvolvimento histórico civilizacional, pois, como vimos, em outros lugares, como os territórios gregos e romanos, os surdos eram vistos como “fardos”, que poderiam ser descartados, atirados em precipícios. Essas características aceitas em relação às pessoas com deficiência, entre elas os surdos, legitimavam a subtração do direito à educação e, em muitos casos, à vida.

Na Bíblia, os relatos sobre surdos aparecem um pouco depois, em Marcos 7, 31 – 37, por exemplo:

A seguir Jesus saiu dos arredores de Tiro e atravessou Sidom, até o mar da Galileia e a região de Decápolis. ³²Ali algumas pessoas lhe trouxeram um homem que era surdo e mal podia falar, suplicando que lhe impusesse as mãos.

³³Depois de levá-lo à parte, longe da multidão, Jesus colocou os dedos nos ouvidos dele. Em seguida, cuspiu e tocou na língua do homem. ³⁴ Então voltou os olhos para o céu e, com um profundo suspiro, disse-lhe: ‘Efata!’, que significa ‘abra-se!’. ³⁵ Com isso, os ouvidos do homem se abriram, sua língua ficou livre e ele começou a falar corretamente. ³⁶ Jesus ordenou-lhes que não o contassem a ninguém. Contudo, quanto mais ele os proibia, mais eles falavam. ³⁷ O povo ficava simplesmente maravilhado e dizia: ‘Ele faz tudo muito bem. Faz até o surdo ouvir e o mudo falar’.

De acordo com Strobel (2009, p. 16), por volta dos anos 470 a.C. acreditavam-se que a família que tinha um indivíduo surdo era castigada por um membro do passado ter cometido um pecado grave. O surdo era aprisionado dentro de sua casa por seus familiares e era considerado motivo de vergonha. Caso alguém descobrisse, a porta da casa da família era pintada de vermelho, para sinalizar que ali vive/viveu um pecador.

No entanto, como em todas as sociedades, sabemos que o poder econômico e o *status* social faziam com que algumas pessoas fossem privilegiadas em relação a outras. Plínio, na sua obra *História Natural* (70 d.C.) refere-se a um Quintus Pedius, artista surdo bastante talentoso, filho de um cônsul romano, que necessitou de uma autorização especial do imperador César Augusto para desempenhar a sua profissão (CARVALHO, 2012, p. 3).

Pode constatar-se que nem todos os surdos seriam excluídos ou condenados à morte, dependendo da sua condição social. Ao longo de toda a história dos surdos, como podemos verificar, essa situação irá repetir-se várias vezes tendo grande influência no início da educação de surdos, assim como, no seu desenvolvimento (CARVALHO, 2012, p. 3).

2.2 O desenvolvimento educacional dos surdos (529 d.C. até o século XX)

As pessoas surdas não eram incluídas em testamentos, apesar de que a incidência de surdos entre a nobreza fosse significativa, justamente em função de que, “por não quererem dividir suas riquezas – era usual o casamento entre os membros da própria família”. (HEATHERTON et al., 2000, p. 39; Andreis-Witkoski, 2015, p. 25).

Em 529 (d.C.), na criação do Código Jurídico do Imperador Justiniano⁵, foi incluída uma lei que estabelecia “que os surdos que fossem oralizados, isto é, quem aprendesse a falar,

⁵ Justiniano I (483-565) foi um Imperador Bizantino. O *Corpus Juris Civilis* ou *Corpus Iuris Civilis Romanii* (em português: Suma Completa do Direito dos Romanos) é obra jurídica fundamental publicada em meados do século VI, a partir de Edito, especial por determinação imperial, o que na ocasião viera do imperador bizantino Justiniano I (que assumiu o trono em 527 d.C.). Ele, dentro de seu projeto de unificar e expandir o Império Bizantino, viu que era indispensável criar uma legislação congruente e que tivesse capacidade de atender às demandas e litígios vivenciados à época (MARTINS, José Eduardo Figueiredo de Andrade. *Corpus Juris Civilis: Justiniano e o Direito brasileiro*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3417, 8 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-codigo-de-justiniano-e-a-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro/405074667>>. Acesso em: 15/05/2023).

teriam direito à herança” (Carvalho, 2012, p. 2). Com esse impulso financeiro evidente, as famílias nobres começaram a investir em alternativas educacionais para habilitá-los ao direito ao testamento. Como se evidencia, “por força do Código e por motivações econômicas, surgem as primeiras iniciativas de ensino para os sujeitos surdos que pertenciam à nobreza” (Andreis-Witkoski, 2015, p. 25), mas que aconteciam apenas na tentativa primitiva de fazê-los oralizar, nada além disto.

Com o declínio do Império Romano, vem também o declínio das cidades e da vida urbana, entrando na Europa a Idade Média. Neste período, surge o Feudalismo e o Monarquismo e, por consequência, um grande desenvolvimento do domínio social e político da Igreja Católica. Afirma Carvalho (2012, p. 5):

Esta religião estará durante muitos séculos ligada à educação de surdos. A situação do surdo na Idade média não era muito diferente da existente na época clássica. Acreditava-se que a alma dos surdos não era imortal já que não conseguiam dizer os sacramentos e até ao século XI estavam impedidos de casar. Segundo santo Agostinho (354-430 d.C) aqueles que tinham filhos surdos estavam a pagar pelos seus pecados. No entanto, é na Idade Média (em 700 a.C.) que surge a primeira tentativa de ensinar um surdo a falar. Este episódio passou-se com o Arcebispo de York, John Beverley que ensinou um surdo a falar contrariando as ideias de Aristóteles.

Findada a Idade Média, a Europa entra na Era Moderna, iniciada com o Renascimento, no final do século XIV. É justamente nessa época de grandes mudanças, que ditaram os novos rumos do mundo ocidental, que surgem as primeiras abordagens mais sérias sobre a problemática da surdez: “Bartollo della Marca (1314-1357) refere a possibilidade do surdo poder aprender através da língua gestual ou da língua oral. No século XVI, surge pela primeira vez a distinção entre surdez e mutismo no livro *Inventione Dialectica* de Rudolfus Agricola, em 1528”. Também Girolamo Cardano (1501-1576) declarou que os surdos podiam e deviam receber instrução e que podiam ser ensinados a ler e escrever sem o auxílio da fala (Carvalho, 2012, p. 6).

Os primeiros registros sobre processos educacionais voltados aos sujeitos surdos ocorreram somente no século XVI, a partir da iniciativa do monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de León (1520-1584). Esse monge é reconhecido oficialmente “como primeiro professor de surdos” (FERNANDES, 2011, p. 56). Sobre ele, vejamos o seguinte relato:

Levado pela perspicácia de sua inteligência e pela compaixão de seu coração, rebelou-se contra a sentença atribuída a Aristóteles, e depois admitiu por todos, que os surdos de nascença são incapazes de falar e de ascender a ideias abstratas e morais. A ocasião chegou-lhe em consequência da admissão no Mosteiro do fidalgo Gaspar de Burgos, para irmão leigo e não para padre, por

causa da sua surdez-mudez. Rebelou-se interiormente contra essa decisão, e tendo pena dele tomou para si a tarefa de instruí-lo, para que conseguisse fazê-lo falar, para que pudesse confessar e até escrever algumas coisas. Este primeiro sucesso atraiu a atenção de algumas famílias de Castela, que eram Burgos e tinham alguns mudos na família. Especificamente, o Marquês de Berlanga, Juan Sánchez de Tovar, teve dois filhos mudos, chamados Pedro e Francisco, e de acordo com as leis da época sua mudez os tornou incapazes de herdar. Mas por volta de 1546, quando ainda eram crianças, Frei Pedro Ponce os recebeu em Oña, para educá-los. Seu método foi bem-sucedido e como a notícia do fato se espalhou rapidamente entre os círculos da Corte e o evento poderia ter consequências jurídicas, já que se pudessem falar poderiam herdar, mesmo que fossem surdos. O bacharel em direito Lasso foi enviado a Oña, que observando o método seguido por Frei Pedro escreveu um tratado jurídico sobre o mudo, cujo colofão diz: "*De aquesta casa e monasterio de Oña, a los 8 de octubre, anno del nacimiento de nuestro Salvador Jesuchristo 1550 annos. Conseguiram falar por voluntariedade do R. P. Frei Pedro Ponce de León, seu professor, com quem muitas vezes me comuniquéi e falei sobre uma novidade tão nova e miracular, nunca vista ou ouvida. Por isso, neste ano de 1550 os filhos do Marquês de Berlanga foram totalmente demutados, já que o próprio Laço diz que viu como falavam, liam, escreviam e confessavam, e Pedro o viu cantar no coro cantando ritmicamente simplesmente, embora sem carregar o tom com os outros monges*" (tradução nossa) ⁶.

O uso desse alfabeto manual utilizado por Ponce para ensinar surdos a ler, escrever e contar tem sua origem “em monastérios nos quais vigorava o Voto de Silêncio”⁷. E conforme a autora surda Strnadová (2000, p. 57 in Andreis-Witkoski, 2015, p. 25): “A história diz que o alfabeto manual era utilizado na Inglaterra já no século VIII pelos monges que fizeram o voto

⁶ Llevado de la perspicacia de su inteligencia y de la compasión de su corazón, se rebeló contra la sentencia atribuida a Aristóteles, y entonces admitida por todos, de que los sordos de nacimiento están imposibilitados para hablar y para elevarse a las ideas abstractas y morales. La ocasión le vino a raíz de la admisión en el Monasterio del noble Gaspar de Burgos, para hermano lego y no para sacerdote, a causa de su sordomudez. Rebelóse interiormente contra esta decisión, y compadeciéndose de él se encargó de instruirle, de manera que logró hacerle hablar, que pudiera confesarse e incluso escribir algunas cosas. Este primer éxito atrajo la atención de los condestables de Castilla, que eran burgaleses y tenían algunos mudos en la familia. Concretamente, el marqués de Berlanga, Juan Sánchez de Tovar, tenía dos hijos mudos, llamados Pedro y Francisco, y según las leyes de entonces su mudez les hacía incapaces de heredar. Pero alrededor de 1546, siendo aún niños, fray Pedro Ponce los recibió en Oña, para educarlos. Su método tuvo éxito y como la noticia del hecho se extendió rápidamente entre los círculos de la Corte y el suceso podía tener consecuencias jurídicas, puesto que si podían hablar podían heredar, aunque fuesen sordos, fue enviado a Oña el licenciado en Derecho Lasso, quien observando el método seguido por fray Pedro escribió un Tratado legal sobre los mudos, cuyo colofón reza: “De aquesta casa e monasterio de Oña, a los 8 de octubre, anno del nacimiento de nuestro Salvador Jesuchristo 1550 annos”. Y aunque al licenciado sólo le interesaban los efectos jurídicos de aquel maravilloso arte de hacer hablar a los mudos, informa de que: “Ni Pedro ni Francisco oyeron nunca, ni hasta venir a su poder de su maestro hablaron palabra alguna. Lo consiguieron por voluntariosa industria del R. P. Fray Pedro Ponce de León, su maestro, con quien yo muchas veces he comunicado y hablado sobre novedad tan nueva y miraculosa, jamás hasta ahora vista ni oída”. Por tanto, en este año de 1550 los hijos del marqués de Berlanga estaban plenamente desmutizados, puesto que el mismo lasso dice que vio cómo hablaban, leían, escribían y se confesaban, y Pedro le vio cantar en el coro canto llano acompasadamente, aunque sin llevar el tono con los demás monjes (PASCUAL, Ernesto Zaragoza. *Pedro Ponce de León*. Real Academia de la Historia. Gobierno de España, 2021. Disponible em: <<https://dbe.rah.es/biografias/9952/pedro-ponce-de-leon>>, acceso em: 23/05/2023).

⁷ Voto de silêncio é um voto religioso de silêncio professado num contexto monástico. Conhecido como *mauna* no hinduísmo, jainismo e budismo. A prática também é parte integral de algumas tradições cristãs (SARAH, Robert. *A força do silêncio*. São Paulo: Fons Sapieniae, 2017).

de silêncio”. A necessidade de comunicação com as pessoas ao redor, “obrigou os servos de Deus a dar um jeito no voto sagrado, em quebrá-lo. Não conversavam entre si em voz alta, mas seus dedos tagarelavam”.

Ponce de León tornou-se um marco na história dos surdos por provar que eram educáveis. Na constelação hispânica de desenvolvimento do ensino de surdos, há também Pablo Bonet (1579-1629) de Saragoça, que aproveitou o trabalho de Ponce para ensinar um surdo, Luis Velasco, segundo filho de Fernandez Velasco, condestável de Castela. “Bonet defendia que seria mais fácil, o surdo aprender a ler se cada som fosse representado de forma visível, pelo alfabeto manual, que já existia muito antes do seu tempo”. A publicação do seu livro atraiu a atenção de vários intelectuais europeus, inspirando alguns deles a dedicarem-se ao ensino de surdos (CARVALHO, 2012, p. 3; Andreis-Witkoski, 2015, p. 25).

Todavia, a grande revolução na educação dos surdos ocorreu na segunda metade do século XIX, com outro professor ouvinte e padre católico, o abade Charles Michel L’Eppe (1712-1789). Esse religioso, sensível ao labor pastoral, preocupou-se com a condição dos surdos de não poderem confessar seus pecados, por não falarem.

Segundo a visão doutrinária vigente na Igreja Católica, “os que não podiam confessar seus pecados estavam automaticamente condenados ao inferno”. Dispôs-se então, a aprender como os surdos poderiam se comunicar e posteriormente criou um método de ensino que revolucionou a história educacional dos surdos (Andreis-Witkoski, 2015, p. 29). Sobre esse método, Carvalho (2012, p. 15) destaca:

O método de ensino de gestos metódicos criado por L’Eppe (1712-1789) se utilizava de sinais metódicos e era uma combinação da Língua de Sinais utilizada pelos surdos na França e da gramática francesa usada oralmente. O sucesso de sua metodologia foi comprovado pelo rápido desenvolvimento que os surdos alcançaram na época, de maneira que muitos destes se tornaram seus discípulos e contribuíram para a mudança educacional dos surdos em vários países, difundindo o método L’Eppe.

Vale destacar que L’Eppe não ensinou somente nobres surdos, mas os das mais diferentes posições sociais. Em 1760, fundou a primeira escola pública para surdos, em Paris, com o nome de Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. Na sequência, até 1789, mais de vinte escolas de surdos foram criadas na França e no resto da Europa (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 34).

No mesmo período histórico, surge na Alemanha em 1778, uma escola em Leipzig por Samuel Heinick, de onde nascem as primeiras ideias sobre uma educação oralista, que rejeitava

veementemente a língua de sinais. Segundo esse pensamento: “os sinais atrapalham a fala, impedindo dos surdos a falarem. A partir de então, surgem diversos outros métodos orais para a reabilitação dos alunos surdos, focando aspectos clínicos em vez de pedagógicos” (NOGUEIRA, 2010, p. 45).

Para Goldfeld (1997, p. 26) as metodologias de L’Epée e Heinick eram totalmente contrárias e ambas foram submetidas à análise da comunidade científica europeia da época. E esta, creu que os argumentos de L’Epée fossem mais convincentes e por isso obteve o abade maior aceitação nas escolas de surdos pela Europa, enquanto os recursos para a expansão do método de Heinick foram negados.

A obra do Abade de L’Epée foi disseminada com início na Europa e logo após pelo mundo através do seu sucessor, o Abade Sicard e dos seus três alunos Jean Massieu, Laurent Clerc e Ferdinand Berthier que viriam a tornar-se os primeiros professores surdos em todo o mundo. O Abade Sicard desenvolveu o método de seu antecessor de forma melhorada.

Sicard finaliza a obra que L’Epée inicia, intitulada, “O Dicionário dos Surdos-Mudos” e fazendo nas suas produções posteriores alterações ao método iniciado pelo Abade de L’Epée buscando se basear no método analítico. “Muitos foram os monarcas europeus que ao verem o sucesso deste método viriam a fundar escolas de surdos nos seus países” (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 34).

Sacks (1989, p. 37) relata:

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos testemunhou a rápida criação de escolas para surdos, de um modo geral dirigidos por professores surdos, em todo mundo civilizado, a saída dos surdos da negligência e da obscuridade, sua emancipação e cidadania, a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade – escritores surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis.

Como percebemos, a partir da iniciativa de L’Epée, ocorreu uma grande revolução na educação dos surdos em todo o mundo ocidental. Seus discípulos ajudaram a fundar inúmeras escolas com contornos parecidos, em todo o mundo. E, dentre estas, podemos destacar o Colégio de Gallaudet: “autorizado pelo Congresso Americano no ano de 1864, transformou-se na primeira e única universidade de surdos existente até os dias de hoje, em Washington, que para sua fundação contou com o apoio do surdo Laurent Clerc (1785-1869)” (Andreis-Witkoski, 2015, p. 31). Neste período houve uma elevação no grau de escolarização dos surdos, que podiam aprender com facilidade através do uso de sinais e estes “seriam o futuro do que hoje chamamos de Língua de Sinais Americana – ASL, que sofreu muita influência dos sinais

franceses, devido à “importação” da metodologia e sinais franceses trazida por Gallaudet e Clerc da França” (GOLDFELD, 1997, p. 78).

O sigilo envolvido nos métodos de oralização adotados pelas escolas europeias desempenhou um papel vital na trajetória de Thomas Gallaudet, levando-o a uma viagem a Paris e, por conseguinte, a ter um encontro significativo com o Instituto. A confidencialidade desses métodos não apenas despertou a curiosidade de Gallaudet, mas também aguçou seu desejo de explorar e aprender mais sobre as técnicas de oralização que eram empregadas na época. A oportunidade de visitar Paris e ter acesso ao Instituto ofereceu-lhe uma chance única de entender essas técnicas de perto, e isso se revelou um ponto de virada crucial em sua carreira e na educação para surdos.

Nesse mesmo período, na Europa, as escolas de surdos funcionavam em seu apogeu no uso dos métodos francês e alemão, ou seja, o uso de sinais e da oralização respectivamente. Havia dois grupos distintos que argumentavam a favor de seu método. Os educadores a favor dos sinais tinham os próprios educadores surdos e as comunidades europeia de surdos a seu favor (GOLDFELD, 1997, p. 78).

Segundo Andreis-Witkoski (2015, p. 34), a bifurcação existente – língua de sinais e oralismo – “perdurou até o ano de 1880 quando foi realizado o famoso Congresso de Milão, na Itália, que propôs uma votação para definir o melhor método de ensino para a educação dos surdos”. Entre as possibilidades de voto, havia três opções: o método oralista; o da Língua de Sinais; e o terceiro que estipulava o uso conjunto dos dois já existentes. O que aconteceu foi o retrocesso de quase cem anos de educação através da língua de sinais, pois foi decretado que o oralismo era o melhor método de ensino para a educação dos surdos.

Existiram diversos motivos para essa decisão, além das condições socio-históricas, as questões de ordem linguística, filosófica e religiosa, e não educativas que favoreceram a decisão pelo oralismo. Sabemos que “a Itália ingressava num projeto geral de alfabetização e, desse modo, tentava-se eliminar um fator de desvio linguístico – a língua de sinais”. Além da legitimação da concepção aristotélica dominante que valorizava a palavra, havia também o fator religioso da confissão, que exigia a oralização para que se dissessem os pecados ao sacerdote (SKLIAR, 1998, p. 109).

Os prejuízos decorrentes da imposição do oralismo no Congresso de Milão foram imensos, de modo que os surdos viram subtraída qualquer possibilidade real de aprendizagem. Com a proibição de uso da Língua de Sinais e com os surdos sendo obrigados a aprender a falar a língua oral e a fazer a leitura labial, independentemente das possibilidades de alcançar êxito ou não, o modelo ouvinte de ser foi imposto como sinônimo de normalidade, de perfeição. Por

tal, o número de professores de surdos que, conforme Sacks (1998), chegava a ser de 50% do corpo docente em 1850, na passagem para o século XX caiu para 25% e, em 1970, se constituía de apenas 12%. A demissão dos professores surdos representou não só uma forma de banir a Língua de Sinais de dentro das escolas, mas também o "modelo" de ser surdo. Ao subtrair dos alunos a possibilidade destes se espelharem em adultos surdos, subtraiu-se também o direito de construírem uma identidade surda, ficando mais suscetíveis a aceitar o "modelo ouvinte" como um referencial de perfeição do qual deveriam se aproximar por meio da língua oral e da leitura labial (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 40).

Após o Congresso de Milão, atesta-se que as escolas conduziram os surdos ao fracasso educacional, com uma metodologia violenta, vinculada à perspectiva clínica/terapêutica da surdez, que via o sujeito surdo como deficiente que precisaria ser submetido a práticas corretivas. Sanches denominou essa prática de “medicalização da surdez, constituída por uma série de mecanismos pedagógicos corretivos, instaurados "nos princípios do século XX e vigente até nossos dias [...] de práticas engeuecidas pela tentativa de correção, de normalização e pela violência institucional" (Skliar, 1998, p. 7). Após décadas de fracassos inegáveis do oralismo, a partir da década de 1970, “os sujeitos surdos do mundo todo começaram a empreender esforços para demonstrar que não veem a si próprios como deficientes, mas como um grupo linguístico e culturalmente diverso” e começaram a exigir mudanças na metodologia de ensino adotada para eles (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 40).

William Stokoe foi um grande impulsionador aos movimentos de surdos e contribuiu para a legitimação da Língua de Sinais como uma língua, assim como as línguas de modalidade oral:

Outro fator que certamente influiu positivamente, dando força e resistência aos movimentos, foi a transformação do Colégio Gallaudet, em 1964, em Universidade, com a autorização do Congresso Americano, de modo que a partir de então tem-se a primeira instituição de ensino superior especificamente criada para surdos. Em 1988, após forte movimento dos acadêmicos surdos, Stokoe foi eleito o primeiro reitor surdo. Desta feita, na década de 1980, começou a despontar uma nova metodologia de ensino para a educação de surdos: a comunicação total. Esta advogava o uso de todos os meios de comunicação (a fala, sinais, teatro, gestos) com o objetivo de facilitar a comunicação (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 51).

Apesar da inserção da comunicação total, “ela não repercutiu em significativa melhora nos níveis de aprendizagem dos alunos surdos”. Ainda permanecia a hegemonia da Língua de Sinais a língua vigente, entretanto, com a pressão do povo surdo na década de 1990, vários outros grupos “reivindicavam seus direitos de equidade educacional. Foi nesse contexto que a comunicação total passou a ser questionada, pois era apenas uma nova versão oralista, sob nova maquiagem” (SKLIAR, 1998, p. 23).

2.3 A educação para os surdos no Brasil

No Brasil, a história educacional dos surdos teve início em 1855, com a chegada do educador francês H Ernest Huet. “Ele, juntamente ao imperador D. Pedro II, funda em 1857 o Imperial Instituto de Surdos Mudos (Lei número 939, de 26 de setembro de 1857). Esse instituto vigora até os dias de hoje com o nome de Instituto Nacional do Ensino de Surdos – INES” (SOUZA, 2018, p. 4).

Pinto (2007, p.1) afirma que a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, em 1856, “estava associada ao projeto saquarema de implementação da instrução pública na Corte”. Em relatórios sobre a situação e trabalho no Instituto, há trechos relatando que os surdos deveriam ser ensinados para o desenvolvimento de trabalhos manuais de forma a serem utilizados em uma atividade considerada produtiva. Huet – ex-aluno da escola de de L’Epée – trouxe consigo o Alfabeto Manual Francês e a Língua Francesa de Sinais, “motivo pelo qual se credita a forte influência que a Língua de Sinais Francesa (LSF) tem sobre a Libras” (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 40):

Como as bases do ensino utilizadas no Instituto Nacional de Surdos-Mudos estavam alicerçadas no uso da Língua de Sinais, seguindo os moldes da metodologia proposta por L’Epée, inclusive contando com a presença de professores surdos na escola, também aqui no Brasil se viu este alunado desenvolver rapidamente a formação educacional, o que permitiu que muitos destes professores se destacassem socialmente.

Vinte anos depois, em 1875, surge a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, “a reprodução do dicionário da LSF – um dicionário de sinais para facilitar a comunicação entre alunos surdos e professores ouvintes do INES” (Diniz, 2010, p. 22), de autoria do aluno surdo Flausino José da Gama, “ex-aluno do INSM com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos etc.)” (Souza, 2018, p. 4). Essa *Iconographia* foi de extrema importância para a comunidade surda.

Todavia, cinco anos mais tarde, ocorreu o Congresso de Milão (mencionado anteriormente) e retirou dos surdos a possibilidade de se expressarem em sua língua de sinais de maneira oficial, pois, segundo Diniz (2010, p. 22), os alunos do INES “passaram a se comunicar de forma escondida nos refeitórios e dormitórios”, uma vez que essa língua já estava estruturada e difundida, mesmo que proibida oficialmente.

No Brasil e no mundo – a partir de 1880 – com argumentos totalmente eugenistas e de isolamento dos surdos, houve a predominância da oralização. “O que predominou durante os cem anos seguintes foram as práticas corretivas de normalização, entre as quais a visão

etnocêntrica ouvintista”, que impôs a língua oral aos surdos, desprezando sua língua e sua cultura, cuja existência sequer era considerada (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 44).

A educação dos surdos, quando alicerçada nos discursos clínicos, em nome de uma questionável socialização destes na comunidade ouvinte majoritária, destinava todo seu investimento à sua oralização, perspectivando-a como o ingresso ao "paraíso ouvinte" (ANDREIS-WITKOSKI, 2009, p. 568).

Também segundo o autor, pode-se constatar que:

A perversidade deste processo é complementada por reputar todo e qualquer fracasso educacional, gerado pelas inadequadas práticas educacionais da época que se centravam apenas no objetivo de oralizar, como decorrente das deficiências atribuídas aos próprios surdos (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 44).

Após longas décadas de insistências no oralismo, em 1951, a comunidade surda se une e forma a *World Federation of the Deaf* – WFD (Federação Mundial de Surdos) que se articula para lutar pelos direitos das pessoas surdas. No Brasil, nesse mesmo ano, ocorre a regulamentação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos-Mudos. Esse curso foi determinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e assinado pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariano. “O Decreto tinha o objetivo de alfabetização da comunidade surda em todo o território nacional. Porém, todo esse processo de alfabetização e ensino da criança surda acontecia através do oralismo” (SOUZA, 2018, p. 5).

No ano de 1971, durante a realização do Congresso Mundial de Surdos, em Paris, “são apontados diversos estudos e pesquisas, desenvolvidos majoritariamente na Universidade de Gallaudet, sobre a Comunicação Total”. Quatro anos após o Congresso de Paris, ocorre em Washington nos Estados Unidos, um novo Congresso. “Nele, praticamente de forma unânime, todos os presentes concordaram que o Oralismo tinha prejudicado toda a comunidade Surda durante quase 100 anos. Esse pensamento acarretou em uma nova era para a condução da formação e desenvolvimento educacional dos surdos: o bilinguismo”, que é considerada a melhor proposta para comunicação até os dias de hoje (Souza, 2018, p. 5).

No ano de 1987, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, órgão máximo de representatividade dos sujeitos surdos em defesa de seus direitos. E em substituição à comunicação total, os surdos brasileiros teceram um documento defendendo o ensino bilingue como legítimo.

Esses movimentos, assim como os “documentos internacionais, a Proposta de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca” se tornaram referência para os movimentos brasileiros, que reivindicaram, enfaticamente, o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira,

“como símbolo identitário e o direito a um ensino bilíngue, que pressupõe aquela como primeira língua e o aprendizado da língua escrita oficial do país, como segunda” (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 47).

A proposta de Educação Inclusiva para Surdos e de Integração de Alunos Surdos na Escola Regular advoga que:

Os alunos surdos devem ser atendidos em escolas bilíngues para surdos, desde a mais tenra idade. Essas escolas propiciarão às crianças surdas condições para adquirir e desenvolver a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e para aprender a Língua Portuguesa (e/ou outras línguas de modalidade oral-auditiva e gesto-visual), como segunda língua, tendo oportunidade para vivenciar todas as outras atividades curriculares específicas de Ensino Pré-escolar, Fundamental e Médio em Libras⁸.

Desse labor intenso, eis que surgem as conquistas, através da luta e resistência contra a visão hegemônica. A comunidade surda conseguiu no Brasil, por via da Lei nº 10.436/2002, o reconhecimento oficial da Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas. No ano de 2005, essa lei passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 5.626, que estabelece inúmeras prerrogativas em relação ao direito dos sujeitos surdos a uma educação bilíngue (BRASIL, 2002).

Assim como a Língua Portuguesa, a Libras “passa a gozar do mesmo estatuto linguístico dentro da legislação brasileira, importante fator a possibilitar conquistas posteriores na direção de ver regulamentado o direito a uma educação bilíngue”. Isso garantiu de maneira ímpar as condições mínimas de acessibilidade para os sujeitos surdos nos diversos âmbitos da sociedade. Vale destacar que, apesar do Decreto de 2005 já estabelecer prerrogativas para a atuação e formação do intérprete e tradutor em Libras, somente no ano de 2010, por meio da Lei nº 12.319, é que foi regulamentada a profissão deste (ANDREIS-WITKOSKI, 2015, p. 67).

Por fim, entendemos a relevância de considerar a evolução histórica do processo de aceitação e inserção da comunidade surda nos mais diversos âmbitos da sociedade. Seu desenvolvimento é marcado por lutas, desafios, censuras, violências, abusos, mas, acima de tudo, por resiliência e resistência em todos os períodos históricos citados acima.

Para que possamos contribuir para história específica dessa comunidade, na Pastoral do Surdo de Campina Grande (PB), faz-se mister compreender a história em seu âmbito geral, para que compreendamos o particular. Para tal, buscamos pautar, no capítulo seguinte, uma visão panorâmica da Libras a partir das correlações entre língua, história e cultura.

⁸ FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. *Que educação nós surdos queremos*. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

3 A FORMAÇÃO RELIGIOSA (CATÓLICA) E HISTÓRICA DA PASTORAL DO SURDO NO BRASIL

O presente capítulo foi dividido em três seções, nelas falaremos que a formação religiosa católica e sua relação com a comunidade surda são aspectos cruciais da história do povo surdo, especialmente no contexto brasileiro. A Igreja Católica desempenhou um papel fundamental ao longo dos séculos, influenciando a maneira como os surdos eram percebidos e integrados na sociedade. No âmbito global, a Igreja Católica desafiou desafios e oportunidades ao lidar com a surdez, buscando maneiras de incluir os surdos em sua comunidade de religião.

No Brasil, essa dinâmica também se desdobrou com a Igreja Católica desempenhando um papel central na vida espiritual dos surdos. A interseção entre a fé católica e a surdez no país resultou na formação da Pastoral do Surdo Nacional, uma iniciativa crucial que proporcionou apoio espiritual e comunitário aos surdos brasileiros.

A história da Pastoral do Surdo Nacional é um testemunho do compromisso da Igreja Católica em garantir que os surdos se sintam verdadeiramente integrados na vida religiosa e social do Brasil, promovendo a inclusão e a acessibilidade dentro da comunidade católica.

Esse percurso histórico não reflete apenas a importância da fé na vida dos surdos, mas também destaca os esforços contínuos para construir pontes entre as comunidades surdas e a Igreja Católica, promovendo, assim, um sentido mais profundo de pertencimento e espiritualidade. Esses são os aspectos que serão abordados a seguir.

3.1. A Igreja Católica e as pessoas surdas

A história da comunidade surda com as instituições religiosas data desde a Idade Média. E, desde então, há abordagens educacionais e religiosas a partir de diferentes pensadores, seja de caráter individual, seja de caráter institucional. McBurney (2012) afirma que sempre existiu uma relação complexa entre a comunidade surda e os indivíduos que historicamente os apoiaram, de maneira específica, os cientistas, médicos e educadores. O objetivo de muitas políticas e práticas educacionais teriam sido impedir que os surdos aprendessem ou usassem uma língua de sinais, “fazendo com que a emergência de comunidades surdas acontecesse em um contexto sociolinguístico complexo, carregado de discriminação e opressão linguística” (p. 27).

De acordo com o Evangelho de Marcos, quando Jesus adentrou à região da Decápole, logo após ter passado por Sidom vindo do Mar da Galileia, a população levou até ele um homem

que era surdo e que quase não podia falar, implorando-lhe que pusesse suas mãos sobre ele. Marcos (Bíblia, 2004, p. 3047) segue:

Jesus, tirando-o da multidão, levou-o à parte, pôs os seus dedos nos ouvidos dele e, cuspindo, tocou-lhe a língua; depois erguendo os olhos ao céu, deu um suspiro e disse: Efrata, isto é, Abre-te. Abriram-se-lhe os ouvidos, e logo se lhe desfez a prisão da língua, e falava com clareza. Recomendou-lhes Jesus expressamente que a ninguém o contassem; mas quanto mais o recomendava, tanto mais eles o publicavam. Admiravam-se sobremaneira, dizendo: Ele tudo tem feito bem, faz até os surdos ouvir e os mudos falar.» (MARCOS 7, 33–37).

A relação entre a Igreja Católica e a comunidade surda ao longo da história tem passado por diferentes fases, refletindo a diversidade de perspectivas e abordagens adotadas pela instituição religiosa. A compreensão da Igreja em relação às necessidades das pessoas surdas tem evoluído à medida que o conhecimento e a sensibilidade em relação à deficiência auditiva têm avançado. Ao longo dos séculos, a instituição assumiu diferentes posições em relação à comunidade surda. “Em alguns momentos, a abordagem era pautada pela falta de compreensão e aceitação, enquanto em outros momentos houve esforços para inclusão e apoio aos surdos”. (COSTA, 2019, p. 66).

Assis-Silva (2012, p. 20) apresenta a Igreja Católica como “uma instituição social com uma relação histórica de longa duração com a surdez e explicita os diferentes modos históricos de produzir as relações de alteridade das comunidades que envolvem os sujeitos surdos. Costa (2019, p. 50) afirma, ainda, que “o caráter filantrópico assistencialista da Igreja Católica em relação aos surdos foi evidente”. Todavia, essa atuação proporcionou e foi precursora dos processos educativos no que diz respeito aos surdos.

Como salienta Silveira (2012), as ações pastorais, catequéticas e missionárias também são educativas, uma vez que, firmadas em um sistema de práticas e de representações: rituais formais religiosos, campanhas assistencialistas, encontros, congressos, catequeses, estratégias de ação, festividades etc., sustentam esse mesmo sistema com base em processos socioeducativos (COSTA, 2019, p. 50).

As relações históricas entre a Igreja Católica e a surdez se entrelaçam de maneira mais forte na Idade Média, especificamente no âmbito da educação. “É consenso na bibliografia que o surgimento da educação de pessoas com surdez está relacionado à atuação de religiosos, sobretudo considerando certa linhagem latina e católica” (Silva, 2011, p. 70), conforme já vimos diversos exemplos dessa atuação imprescindível no capítulo anterior com o Beneditino espanhol Ponce de León (1920 – 1584), e o Abade l’Épée (1712 – 1789), etc.

Há uma série de documentos que comprovam, por exemplo, a existência de “sistemas de sinais e alfabetos manuais já utilizados, durante a Idade Média, em mosteiros que seguiam votos de silêncio previstos pelas Regras Monásticas de São Bento (480-550)”. Além disso, há uma série de documentos que comprovam a existência “de um léxico em sinais, utilizados por monges, limitado ao seu cotidiano” (SILVA, 2011, p. 70).

Ponce de Léon – como já o mencionamos anteriormente – foi bastante reconhecido pela educação de surdos nobres. “Ele trabalhava com rótulos, pregando nomes escritos nos objetos. Afirma-se também que teria utilizado um alfabeto manual proveniente dos mosteiros, mais especificamente da obra do frei franciscano Melchior de Yebra (1526-1586)”, que foi precedido pelo abade l’Épée, da França, “tendo este transmitido tal alfabeto a outros educadores, fazendo-o migrar para os Estados Unidos por meio de Laurent Clerc” (SILVA, 2011, P. 71).

Do instituto francês, fundado no ano 1791 pelo abade l’Épée, veio o primeiro educador de surdos-mudos para o Brasil, E. Huet, um nobre ensurdecido que fundou o Colégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, no Rio de Janeiro em 1857, com aval de Dom Pedro II. Atualmente, este colégio denomina-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo uma escola federal de ensino fundamental, médio e superior (SILVA, 2011, p. 71).

É interessante analisarmos o processo de sensibilidade de religiosos ligados à instituição católica que tiveram o intento de fundar diversos institutos e doar as suas vidas pela causa da comunidade surda. Citaremos alguns exemplos.

Em 1849, na Bologna (Itália), um padre de olhar sensível fundou a Pequena Missão para Surdos a partir de uma experiência que teve ao ver uma menina surda na fila de sua Primeira Comunhão, o que chamou sua atenção pelo seu comportamento diferente das outras pessoas:

Ainda na sacristia, Pe. José pergunta ao vigário: - Quem é aquela moça? - É uma SURDA. Começa a Missa Solene. O olhar do Pe. José não se afasta daquela moça. - Como pode entender, se ela é surda? - Como pode falar, se é muda? - Como e quem a preparou para a Primeira Comunhão? - Quantos surdos existem nesta cidade? E no mundo? (Apóstolo dos Surdos, 1849, p.10 apud Loiola, 2022, p. 69).

A partir dessas inquietações que foram partilhadas com o Ir. César, que estava às portas de sua ordenação, “os dois começaram a estudar e frequentar a pequena escola da senhora Ranuzzi, que havia preparado a Carolina Galuppini à Primeira Comunhão” (Loiola, 2022, p. 70). E começaram a estudar e receber livros de Paris, sobre a educação dos surdos, visitando também escolas e instituições.

Assim surgiu a Pequena Missão para Surdos e foram grandes educadores de surdos, deixando seu legado e espalhando vários Institutos mundo à fora, como na Itália (Bolonha, Roma, Firenze, Benevento, Giulianova, Catania, Torino e outros), nas Filipinas (Manila e Cebu) e no Brasil (Londrina, Cascavel e Campinas) (Loiola, 2022, p. 70).

Outra Congregação de grande importância foi a das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, fundada em Gramat, na França, no ano de 1933 pelo padre Pierre Bonhomme. Este padre em toda sua vida de sacerdote se dedicou aos surdos. Preocupando-se com eles e buscando ajudá-los a viver em sociedade. Assim, em 1854 ele abre sua primeira escola para a educação dos surdos, na cidade de Mauyrinha-Le Tour, sul da França, “no qual doze meninas surdas foram matriculadas e cinco Irmãs Calvarianas foram responsáveis por elas na escola” (Loiola, 2022, p. 71).

3.1.1. Igreja Católica e as pessoas surdas no Brasil

No que diz respeito à Igreja Católica no Brasil, o Catolicismo foi a religião oficial do País por muitos séculos. E nesse período final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, não só a Igreja como também o Brasil passaram por transformações significativas na sociedade.

Essas transmutações perpassaram pelas diversas esferas do âmbito social no País. “No início do Brasil republicano, por exemplo, as ideias de progresso, civilização e modernização, presentes no ideário político nacional, também influenciaram nas práticas da Instituição na sociedade” (Costa, 2019, p. 51).

Com o final do Império, com a liberdade de crença estabelecida e com as antigas ordens desgastadas, impedidas de reproduzir seus quadros, o catolicismo mostrou sua capacidade de reinvenção com a vinda de congregações estrangeiras para o Brasil. A Igreja, então, passou a atuar em vários setores nos quais a presença do Estado ainda não era efetiva, como foi o caso da educação. As várias congregações estrangeiras que vieram para o Brasil, porém, não atuaram apenas na educação, pois ampliaram e expandiram suas ações na sociedade e na cultura de maneira capilar, e nas mais diversas frentes: editoras, impressos, no campo político e social que, por sua vez, espalharia valores católicos nos mais diversos campos de atuação, deixando seus efeitos e influências nas paisagens urbanas, nos espaços sociais, culturais, nas políticas públicas e nos sujeitos sociais (Costa, 2019, p. 51).

Esse processo de mobilização e reinvenção inseriu a Igreja Católica na sociedade brasileira e se deu por meio do restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e na

difusão de seu ideário pedagógico a partir de várias frentes voltadas para diversos públicos: “jovens, crianças, trabalhadores, pessoas com deficiência, professores etc., e mediante o estímulo e a difusão de publicações de livros, livros didáticos, catequeses, textos, artigos em jornais, revistas etc.”. (Costa, 2019, p. 52).

Como o governo republicano não ofereceu restrições à Igreja, “não obstante o governo não auxiliasse economicamente a vinda de missionários para o País, não fazia restrições à entrada desses religiosos”. Desse modo, a instituição religiosa soube reconquistar seu espaço na sociedade, acomodando-se à realidade política e desenvolvendo ações em todos os estados brasileiros. “Ampliando o número de dioceses e no estabelecimento de congregações religiosas, as quais eram voltadas para o ensino primário e para as escolas especiais” (Loiola, 2022, p. 71).

O INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) não é considerado pela historiografia um colégio religioso. Contudo, “agentes católicos estão presentes na sua história” (SILVA, 2011, p. 73):

São poucas as referências sobre a atuação de congregações católicas nas primeiras décadas do instituto. Rocha (2007) faz breves referências sobre a atuação de congregações católicas nas primeiras décadas do instituto. Além disso, menciona que o ensino da doutrina cristã também esteve presente no currículo escolar em diferentes momentos da história da instituição. Ademais, algumas fotos de seu livro revelam a atuação de religiosos na educação desse instituto, bem como em Albres (2005, p. 3). Em Soares (1999), há também uma reflexão historiográfica sobre tal instituto, sendo poucas as referências das relações entre o INES e a Igreja Católica. Contudo, por meio da análise do relatório do diretor Dr. Tobias Leite – que ocupou tal cargo de 1872-1896 – Soares apresenta um dado relevante para esta análise. O relatório afirma que o rastreamento por *surdos-mudos* no território brasileiro se dava também via rede religiosa, pois geralmente o diretor enviava correspondências a bispos de diferentes territórios brasileiros solicitando o encaminhamento de pessoas com tal condição para o Instituto (1999, 48) (SILVA, 2011, p. 73).

A chegada das diversas congregações⁹, no início do século XX, renovou a vida religiosa da sociedade brasileira. Em 1906, chegaram em Campinas as Irmãs Calvarianas para trabalharem com os surdos. “Elas, junto com duas irmãs francesas, fundaram o Instituto Santa Teresinha para meninas surdas, que depois foi transferido para São Paulo no ano de 1933” e posteriormente as irmãs calvarianas fundaram mais duas escolas para surdos “o Instituto Nossa

⁹ Segundo Azzi: “se configuram em instituições marcadas por um carisma, e estas, representaram na história da Igreja Católica, a dinâmica da renovação, contrapondo-se, por vezes, ao poder hierárquico institucional, cuja tônica conservadora foi sempre mais patente. Assim sendo, enquanto através das dioceses e paróquias havia a implantação da organização tradicional da Igreja, os religiosos estimulavam, com frequência, a abertura de novas frentes através do atendimento das necessidades sociais (AZZI, Riolando. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Tomo II/3-2: terceira época – 1930-1964).

Senhora de Lourdes, em 1959, no Rio de Janeiro, e o Instituto Nossa Senhora do Brasil, em 1969, em Brasília” (ASSIS-SILVA, 2012, p. 34).

Destacam-se também a Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, especialmente a Irmã Nydia Moreira Garcez, que ficou surda aos 6 anos. Foi educadora e catequista, fundou a Escola Epheta para surdos (Pastoral dos Surdos, 2006). De acordo com Assis-Silva (2012, p. 57), a Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria “foi fundada em 1970, na França, e está presente em 31 países” (Europa, Ásia, África e Américas). Em 1937 chegaram ao Brasil e, desde 1948, estão em Curitiba (LOIOLA, 2022, p. 71).

A Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, fundada em 1885 e presente em diversos países, atua no Brasil desde 1972, “tendo fundado escolas para surdos em Belém-PA, em 1977, em Manaus-AM, em 1984, em Fortaleza-CE, em 1988, e em Pouso Alegre-MG, em 1988. Atualmente, tais instituições afirmam ser escolas bilíngues” (LOIOLA, 2022, p. 72).

Também citamos a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, fundada em 1929, como a primeira congregação brasileira do estado do Rio Grande do Sul. Fundada pela madre Clara Maria Azevedo e Souza e pelo frei Pacífico de Belleavaux. “Eles fundaram a Escola Epheta – Instituto Frei Pacífico, em Porto Alegre, no ano de 1956, renomeada posteriormente como Escola de Ensino Fundamental Frei Pacífico – Educação de Surdos” (ASSIS-SILVA, 2012, p. 65).

No total, são pelo menos “sete as congregações que atuam na educação e catequese de surdos no Brasil”. E podemos citá-las, de acordo com Costa (2011, p. 74):

Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, Missionários Gualadianos da Pequena Missão para Surdos, Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, Associação das Obras Pavonianas de Assistência e, por fim, Congregação Filhas da Providência para Surdos Mudos.

Embora todos vinculados à Instituição da Igreja Católica, faz-se mister compreendermos que são independentes, tendo história, origem e trajetórias específicas. Essas congregações fundaram escolas especiais relativas à surdez em todo país que estavam vinculadas “ao período vigente do oralismo. Não raro, funcionaram como instituições totais vinculadas à correção via oralização” (COSTA, 2011, p. 74).

Além disso, Costa (2011, p. 74) esclarece que:

As próprias narrativas que fundam os carismas das congregações católicas vinculadas a essas escolas expressam um ideal de *effata* a ser realizado via a oralização. Por conta disso, estão comprometidas historicamente com a superação da mudez, mais do que da surdez, tendo a categoria surdo-mudez desempenhado um papel histórico fundamental nessas escolas. (...) A narrativa que funda o carisma para o cuidado dos surdos-mudos faz da mudez, da voz e dos lábios dimensões centrais.

Esses avanços mostram que a relação entre a Igreja Católica e a comunidade surda evoluiu ao longo dos séculos, passando de uma visão de exclusão para uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades das pessoas que compõem essa comunidade. Embora os desafios persistam, a Igreja tem demonstrado esforços para reconhecer e promover os direitos e a dignidade das pessoas surdas em sua comunidade.

3.2. A história da Pastoral do Surdo Nacional

A Igreja Católica viveu, a partir dos anos de 1960, grandes mudanças externas e internas que impactaram todo o decorrer dos tempos a partir do Concílio Vaticano II¹⁰ e suas determinações. Suas novas diretrizes e orientações configuram-se como meio que “possibilitou novas posturas no que diz respeito à educação” e, conseqüentemente, às pessoas com deficiência, possibilitando e estabelecendo “mecanismos e estratégias de aproximação para com os sujeitos” (COSTA, 2019, p. 72).

O documento *Gaudium et Spes*, de 1965, apresenta-nos questões urgentes daquele período histórico (e até os dias de hoje), no que diz respeito à dignidade humana, aos direitos fundamentais, às desigualdades sociais, do progresso das ciências etc., como se pode notar em um dos trechos do documento:

[...] sem dúvida, os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião [...] Além disso, embora entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. (IGREJA CATÓLICA, 1965, p.3).

¹⁰ O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "*Humanae salutis*", pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Nestas quatro sessões, mais de 2000 Prelados convocados de todo o planeta discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações elaboradas e aprovadas pelo Concílio (VIER, Frederico Frei (org.). *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 31ª ed. Vozes, 2015, p. 5).

Nesse sentido, as relações prático-discursivas da Instituição Católica, ao se voltar para os vários sujeitos e seus contextos sociais, possibilitaram ações mais práticas direcionadas à educação de grupos menos favorecidos, como é o caso da comunidade surda, além de outras demandas sociais.

No que diz respeito à educação das pessoas com deficiência, a Igreja Católica reflete um realismo que reflexionou sobre a pessoa com deficiência como “sujeito plenamente humano, com correspondentes direitos inatos, sagrados e invioláveis”, conforme espelha o Documento da Santa Sé para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes¹¹ (IGREJA CATÓLICA, 1981, p.2).

Essa grande abertura da Igreja Católica, frente à diversidade humana e conjuntura de mundo, “propiciaria, no que diz respeito às pessoas surdas, práticas discursivas, por parte da Igreja, mais próximas de suas singularidades” (COSTA, 2019, p. 73):

Como, por exemplo, reconhecer que os surdos possuíam uma forma singular de comunicação ao inserir na catequese possibilidades de compreensão textual a partir da linguagem dos gestos, ou ainda, mediar os seus ensinamentos doutrinários a partir de linhares pedagógicos oriundos do oralismo e da linguagem manual que formavam a comunicação total. A visão da Instituição, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em relação a esses sujeitos será, então, ressignificada. Em diversos discursos por ela produzidos, como em 1981, por ser considerado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi evidente essa mudança de pensamento.

Tendo em vista esses novos tempos, a Igreja começou a construir uma nova relação com os fiéis leigos, que começaram a se organizar em “pastorais”, que segundo o Documento número 100 da CNBB¹², significa:

Pastoral é serviço, ação, trabalho desenvolvido pela Igreja. Não se resume em grupo de pessoas, mas em ação organizada e dirigida pela Diocese e Paróquia para “atender” determinada situação em uma realidade específica. Todos têm uma função, um carisma, um jeito de viver, porém, todos são importantes para que o Reino de Deus aconteça. Com as nossas virtudes e defeitos, estamos a

¹¹ O ano de 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pelas Nações Unidas. O objetivo central desse movimento foi chamar as atenções para a criação de planos de ação na tentativa com vistas à reabilitação e prevenção de deficiências. O lema foi "Participação plena e igualdade", o qual foi definido como um direito das pessoas com deficiência, a fim de que elas pudessem viver de maneira ativa no desenvolvimento das suas sociedades. (ANO Internacional das Pessoas Deficientes, 1981). A Igreja Católica, consoante com esse movimento, também proclama esse ano como ano internacional das pessoas deficientes: “Desde o primeiro momento acolheu a Santa Sé com favor a iniciativa das Nações Unidas de proclamar 1981 ‘Ano Internacional das pessoas deficientes’ [...] Por isso, seguiu ela com grande atenção tudo quanto se foi até agora realizando em favor dos deficientes no plano legislativo, quer nacional quer internacional [...] A Igreja associa-se plenamente às iniciativas e aos louváveis esforços levados à prática a fim de melhorar a situação das pessoas deficientes e tenciona oferecer-lhes o seu contributo específico [...]” (Igreja Católica, 1981, p.1-2 in Costa, 2019, p. 72).

¹² CNBB, *Comunidade de Comunidades*, (Documentos da CNBB, n. 100), São Paulo, Paulinas.

caminho, na estrada, procurando a nossa conversão em Cristo. (Santuário Nossa Senhora Aparecida, 2023)¹³

Trata-se de uma ação organizada da Igreja que serviu para atender às situações que urgiam nos variados lugares que a Igreja estava presente. Seja na estrutura paroquial¹⁴ ou diocesana¹⁵, que existiam e existem até os dias de hoje os Agentes de Pastoral que regularmente são formados para que possam trabalhar junto da comunidade nas diferentes frentes e demandas (Pastoral Social, Pastoral da Família, Pastoral da Criança, Pastoral Catequética etc.), de maneira voluntária (SILVA, 2019, p. 46).

Com essa rede de congregações instauradas no Brasil e estabelecidas como referência nos diversos âmbitos da sociedade, Dioceses e Paróquias estruturadas e com a força potente dos leigos, almejada pelo Concílio citado anteriormente, “viabilizaria que religiosos, especificamente Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier e Padre Eugênio Oates, instituísem a Pastoral dos Surdos no Brasil” e são considerados “como dois bandeirantes da Pastoral dos Surdos” (Costa, 2019, p. 77; Pastoral Dos Surdos, 2006, p. 18). Há um grande destaque para o Padre Eugenio Oates, sacerdote redentorista¹⁶, nascido nos Estados Unidos, “ouvinte e missionário que chegou ao Brasil em 1946”. Permaneceu no Amazonas, desempenhando grande missão com os surdos. A partir dos anos de 1950, “passou a atuar junto às instituições educacionais ligadas à surdez, dentre elas, o INES e o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (Congregação das Calvarianas), no Rio de Janeiro” (SILVA, 2011, p. 74).

No ano de 1969, foi publicado um dos primeiros dicionários brasileiros de sinais – de sua autoria – intitulado “Linguagem das Mãos” (COSTA, 2019, p. 77). Seu livro foi produzido

¹³ <http://santuariodeaparecidarp.com.br/>

¹⁴ Paróquia (do latim tardio *parochia*, do grego *παροικία*, «vizinhança», derivado de *παροικέω* «habitar ao lado») é a menor circunscrição territorial integrada a uma diocese. No ordenamento eclesiástico, a paróquia é dotada de personalidade jurídica, abrangendo um número determinado de fiéis que estão confiados aos cuidados pastorais de um sacerdote, que enquanto exercer suas funções neste específico território é denominado “pároco”. Territorialmente, nos países de língua portuguesa existe o sinônimo “freguesia” (Código de direito canônico. São Paulo: Paulinas, 1998. São Paulo: Loyola, 2001, p. 62).

¹⁵ “Em algumas formas de cristianismo, uma Diocese (do grego antigo *διοίκησις*, *dióikēsis*, pelo latim *diocēsis*) é uma unidade territorial administrada por um bispo. É também referida como um bispado, área episcopal ou sede episcopal. A diocese é a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja. Na Igreja Católica, uma importante diocese é chamada de uma arquidiocese (geralmente devido à sua dimensão ou importância histórica), que é governada por um arcebispo, que pode ter autoridade metropolitana sobre outras dioceses. No catolicismo, o Papa cria as dioceses em todo o mundo e escolhe os seus bispos” (Código de direito canônico. São Paulo: Paulinas, 1998. São Paulo: Loyola, 2001, p. 62).

¹⁶ “A Congregação do Santíssimo Redentor (latim: *Congregatio Sanctissimi Redemptoris* - CSsR), comumente conhecida como Redentoristas, é uma congregação religiosa católica fundada por Santo Afonso de Ligório, em Scala, perto de Amalfi, Itália, com o propósito de trabalhar entre os camponeses abandonados em torno de Nápoles em 1732. Os membros da congregação são padres católicos e irmãos religiosos consagrados e estão presentes em mais de 80 países” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). “Santidade redentorista: Santos, Beatos, Veneráveis e Servos de Deus Redentoristas”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615070-santidade-redentorista-santos-beatos-veneraveis-e-servos-de-deus-redentoristas>. Acesso em: 22/06/2023).

“por meio de vínculos com o INES, algo que se revela pelo prefácio escrito por um de seus diretores” (SILVA, 2011, p. 74). Também publicou diversos outros livros com a Doutrina Católica nos gestos, dentre eles: “o Sinal da Cruz, Ato de Fé, Ato de Esperança, Ato de Caridade, Ato de Contrição, Pai Nosso, Ave Maria, Os Dez Mandamentos da Lei de Deus, Práticas importantes da Vida do Bom Cristão, os Sacramentos – fontes da Graça de Deus”. O Inovador dessas obras é que Oates, por meio de fotografias, sinaliza palavra por palavra as orações e sacramentos católicos, de maneira metódica, não deixando nenhuma palavra sequer sem gesto. Algumas palavras que não possuem mímicas correspondentes são digitalizadas por meio do alfabeto manual (COSTA, 2011).

Oates, em 1970, foi escolhido para ser um dos três presidentes da Comissão Espiritual para a Federação Mundial dos Surdos (1972-1977) e contribuiu até sua morte com a comunidade surda (SILVA, 2019, p. 47). Ainda conforme Costa (2011), outro grande expoente dentre os missionários católicos junto à comunidade surda e fundamental para a história da Pastoral dos Surdos “e também para a unificação das comunidades de surdos no Brasil”, foi o padre Vicente de Paulo Penido Burnier. Natural de Juiz de Fora (MG), estudou no INES, no Rio de Janeiro e foi o primeiro padre surdo do Brasil e o segundo na história da Igreja Católica.

Sua ordenação só foi liberada com a autorização do Papa Pio XII, “tendo argumentado sobre um caso antecedente de um padre surdo espanhol. Além disso, afirma-se que teve de provar fluência em português e latim, sabendo falar cinco línguas, foi plenamente oralizado”. Padre Vicente foi um padre itinerante, que viajou todo o Brasil ensinando a doutrina do Catolicismo e administrando os sacramentos em escolas e associações relativas à surdez, ficando totalmente conhecido em todo o território nacional (COSTA, 2011, p. 80; Pastoral Dos Surdos, 2006, p. 19).

A trajetória do padre Burnier se confunde com a história de algumas associações de surdos-mudos. Foi presidente por 17 anos da Associação Alvorada Congregadora de Surdos, a primeira associação de surdos-mudos do Brasil, fundada em 1953, no Rio de Janeiro. De acordo com Ramos (2004), presidiu também um processo de reativação da Associação Brasileira de Surdos-Mudos, fundada em 1930, mas desativada tempos depois. Esta esteve associada à *World Federation of the Deaf*. Esse padre, juntamente com outras instituições, inclusive escolas católicas, esteve vinculado à fundação da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes auditivos (FENEIDA), em 1977. É necessário considerar também sua presença representando a Cooperativa Vicente de Paulo Penido Burnier (COPAVI) na Conferência de Cidadania e Direito dos Surdos do Estado de São Paulo (CONDICISUR), em 2001, importante evento político citado no processo legislativo para o reconhecimento jurídico da Libras (COSTA, 2011, p. 81).

O nome do Padre Penido Burnier é respeitado e considerado em todo o país e no mundo, sendo uma ponte para os novos tempos entre a Igreja Católica e a comunidade surda. Foi um “agente unificador de escolas especiais, associações e paróquias católicas”, considerado ao lado do Padre Eugenio Oates os “bandeirantes” da Pastoral do Surdo que abordaremos (Loiola, 2022, p. 74).

Percebemos que a Instituição Católica Apostólica Romana “está relacionada historicamente com a constituição de uma rede muito ampla fundamental para a emergência dos sinais gestuais-visuais do que atualmente se denomina Libras” (COSTA, 2011, p. 89). E a Pastoral do Surdo teve seu início com a atuação destes dois religiosos citados acima, que iniciaram os trabalhos de evangelização dos surdos no Brasil.

A Pastoral do Surdo Nacional nasce buscando espaço na Igreja para as pessoas que não possuíam visibilidade, nem possibilidade de contato com o Sagrado, por serem deixadas sem mediação com todo o arcabouço religioso/doutrinário. “Desde a década de 40, a pastoral buscou espaço na caminhada da Igreja, ambos foram os grandes discípulos missionários por meio das visitas às escolas, associações e igrejas onde existiam surdos”. É uma proposta que tem como fundamento a acolhida e cura da própria pessoa surda, como no Evangelho de Marcos (SILVA, 2019, p. 46).

Toda essa ação pastoral da Igreja é – segundo Costa (2019, p. 81) – “educativa e missionária”, pois abrange os “itinerários, metodologias, pedagogias, objetivos, teorias, avaliação;” e também é missionária “porque não deve deixar de perpetuar a missão fundante que a Igreja preconiza”.

Eis que a Pastoral do Surdo se constituiu como essa força que gerou efeitos e mudanças sociais concretas, “o que vem incidindo sobre a vida de surdos e de pessoas ligadas a esses sujeitos” (COSTA, 2019, p. 81). Silva (2012, p. 12) afirma que, por se tratar de uma pastoral singular totalmente diferente, “por se tratar de uma língua distinta e conseqüentemente de uma estrutura pastoral diversificada, a Pastoral do Surdo é muito original, mas ela quer ser uma unidade com toda a Igreja, articulando seus trabalhos de evangelização”.

Com a estruturação da Pastoral do Surdo, a partir de 1970, a Igreja iniciou a promoção de diversos encontros nacionais com a participação integradora entre surdos, catequistas, intérpretes e comunidade em geral, com o intuito de catequizar e ensinar como trabalhar pedagogicamente com os surdos. Nesse mesmo ano, ocorreu o I Simpósio sobre Catequese de Surdos, promovido pelo Mons. Vicente Burnier e o Padre Eugênio Oates. Já o primeiro Encontro Nacional de Ensino Religiosos para Pessoas Surdas, foi realizado no ano de 1975 (LOIOLA, 2022, p. 74).

Nesse mesmo período, começam a surgir concomitantemente diversos movimentos requerendo a participação plena e a igualdade das pessoas com deficiência.

Em relação aos deficientes, essa década foi significativa para o movimento, surgindo em 1984 a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (Febec), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (Morhan). Em dezembro do mesmo ano foi fundado o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes, que reuniu as quatro entidades e substituiu a Coalisão Nacional 102 organizada em Brasília em 1980, no primeiro encontro nacional acima referido. (JANNUZZI, 2004, p. 09 apud COSTA, 2019, p. 102).

Segundo o próprio documento da Pastoral, ela surge com o intento de “enfatizar a igualdade de todos os seres humanos” possibilitando o desenvolvimento da autonomia e normalização, “ultrapassando a exclusão às quais o surdo está sujeito, afirmando uma concepção dos direitos que possibilita a compreensão de sua existência como sujeito diferente”. sendo perceptível um delineamento a partir do contexto sociopolítico que estava sendo delineado no Brasil e no mundo (Pastoral dos Surdos, 2006).

Dentro da nova estruturação, surgiram subdivisões no território nacional (nacional, regional, paroquial) para a organização dos trabalhos, a saber:

A Pastoral dos Surdos no Brasil divide-se em Regionais conforme as Regiões do País, sendo que, dentro de uma mesma região, podem ainda encontrar-se outras regionais que são numeradas, ex: no Nordeste, existem 5, com as seguintes denominações: Regional Nordeste 1 (Ceará); Regional Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Fernando de Noronha); Regional Nordeste 3 (Bahia e Sergipe); Regional Nordeste 4 (Piauí); Regional Nordeste 5 (Maranhão) (Pastoral dos Surdos, 2006, p. 19).

Esse trabalho de inclusão dos surdos foi estruturado para que atendesse todas as necessidades religiosas possíveis, como por exemplo:

Preparar as celebrações e encontros de caráter espiritual. Catequese: atua na formação do surdo, buscado um maior conhecimento da palavra de Deus, pela preparação do batismo, eucaristia, crisma e curso de noivos. Juventude: atenção especial é dada aos jovens, por meio de encontros, caminhadas e momentos de lazer. Cultura: como Pastoral do Surdo, ela está presente em eventos, exposições, danças e datas comemorativas. Ação Social: atua na formação política. (EFATA, 2017, p. 1).

Consta no primeiro artigo do Estatuto da Pastoral do Surdo do Brasil, como sua denominação, natureza e objetivos afirmam de que esta, “é um organismo de dimensões Bíblico - Catequética e Sócio - Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB”. Além do que se objetiva “criar condições para que o surdo se torne agente de evangelização da sua própria comunidade [...]. Buscar a verdadeira inclusão dentro da igreja, ao mesmo tempo, superando preconceitos e respeitando as individualidades e diferenças de cada pessoa” (CNBB, 2006, p. 22).

Desse modo, a Pastoral do Surdo foi sendo difundida e semeada nos diversos rincões do Brasil. No Rio de Janeiro e em Campinas, ela foi instaurada em 1981, em São Paulo em 1989, entendendo-se por “pastoral” – de acordo com Costa (2019, p. 69) – “as práticas rituais” que foram sendo adaptadas à cultura surda, que paulatinamente foi sendo incorporada dentro da Instituição Católica.

Após décadas, desde o nascimento da Pastoral do Surdo, foi inaugurada em 2006 a Campanha da Fraternidade¹⁷ pela CNBB com o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, que teve como objetivo sensibilizar e chamar a atenção dos fiéis para a realidade latente de exclusão e preconceito interno e externo à Igreja (Cerqueira, 2021, p. 36).

O lema de reflexão foi retirado do Evangelho de Mateus 3, 3 (Bíblia, 2004, p. 3115) que dizia “Levanta-te e vem para o meio”. O trecho – dito por Jesus Cristo ao paralisado – é uma convocação para a inclusão de todos, não tão somente da surdez, como expõe o Hino:

Levanta-te,
Chega pra cá e vem para o meio!
Levanta-te,
Une teu canto a nosso cantar!
Levanta-te,
Chega pra cá e vem para o meio!
Levanta-te,
Vem companheiro(a) à vida brindar!
João Batista mandou perguntar:
"És tu aquele que Deus enviou?"
Contem a João o que estão a olhar:
Os cegos veem, escutam os surdos,
Os coxos andam e falam os mudos
Boas notícias a anunciar!
Se o teu olhar mais além enxergar,

¹⁷ “A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no período da Quaresma. A cada cinco anos é promovida de forma ecumênica em conjunto com outras denominações cristãs. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação” (A12.COM. *Como surgiu a Campanha da Fraternidade*. [online]. 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.a12.com/redacaoa12/como-surgiu-a-campanha-da-fraternidade-15-02-2019-08-19-17>. Acesso em: 10/07/2023).

Se o teu ouvido escutar as entranhas,
 Se a tua mão a do manco apertar,
 Dos excluídos se atendes o anseio,
 E o solitário, se o trazes pro meio,
 Um novo tempo vais inaugurar!¹⁸

O hino, que narra fatos da vida e missão de Jesus de Nazaré, é um convite para todos os cristãos (seguidores do cristo) de serem também exemplo de inclusão na Igreja. Silva (2012) afirma que nesse contexto da campanha da fraternidade, ocorreu a centralização e organização da Pastoral do Surdo no Brasil, estando em plena consonância com toda a proposta, esta pastoral é uma das que mais se destacam em todo território nacional. E sua estrutura hierárquica, se esquematiza entre “coordenação nacional, tesouraria, coordenação regional, coordenação arquidiocesana e coordenação paroquial, seguidos de seus membros a equipe de surdos e alguns fiéis ouvintes que são familiares, militantes ou simpatizantes” (CERQUEIRA, 2021, p. 38).

Costa (2019) afirma que foi incorporada como missão pela Igreja Católica a *inculturação*¹⁹. Como é perceptível através do documento também do ano de 2006 intitulado *Pastoral dos Surdos: rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil*, que em um dos seus capítulos afirma que a missão do intérprete se dá através da “missão inculturada”²⁰. Desse modo, “assim como Deus encarnou-se na humanidade por meio de Jesus, assim como Este se inculturou nos homens, falando a língua deles, cabe ao intérprete inculturar-se na surdez” (Pastoral do Surdo, 2006, p. 60).

A Igreja Católica, através da força arrebatadora da Pastoral do Surdo, tornou-se pioneira na implementação da interpretação na televisão, por meio, por exemplo, das missas transmitidas pela TV Canção Nova, que depois foram seguidas por canais de outras denominações religiosas.

¹⁸ VAGALUME. Campanha da Fraternidade. *Hino da CF 2006*. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/campanha-da-fraternidade/hino-da-cf-2006.html>. Acesso em: 10/07/2023.

¹⁹ “O termo latino *inculturatio* foi criado em 1974, no documento de 32ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, e expressava o desejo dos jesuítas indianos de criar um jeito indiano de praticar o cristianismo. Nas palavras de Pedro Arrupe, superior da Companhia de Jesus em 1978: A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma “nova criação”. Em 1979, o Papa João Paulo II, para quem o termo o termo “inculturação” exprimiria muito bem uma das componentes do grande mistério da “Encarnação”, afirmou que: A catequese tem de procurar conhecer essas culturas e as suas componentes essenciais; ela deve apreender as suas expressões mais significativas; e deve também saber respeitar os seus valores e riquezas próprias. É deste modo que ela poderá propor a tais culturas o conhecimento do mistério escondido e ajudá-las a que façam surgir da sua própria tradição viva expressões originais de vida, de celebração e de pensamento cristãos” (SNP Cultura. *Inculturação: Projeto Cultural de Definição*. Disponível em: https://www.snpcultura.org/projecto_cultural_definicao_inculturacao.html. Acesso em: 10/07/2023.

²⁰ Trata-se da relação íntima do intérprete com o sagrado, onde o intérprete “se torna” o sacerdote no ato da interpretação, tendo o privilégio de pronunciar em língua de sinais as orações inclusive aquelas que são conferidas apenas ao sacerdote.

A Pastoral que se disseminou pelo país inteiro, “pode assumir centralidade no rito da Missa dominical”, na qual vemos o intérprete assumindo um lugar no altar, sinalizando ao lado do sacerdote ou próximo ao altar. Até mesmo fazendo consagração e apresentação dos surdos e convidando toda a comunidade a rezarem também na Língua de Sinais (COSTA, 2019, p. 59).

O texto da Pastoral do Surdo, de 2006, afirma que o *Effatá* de Cristo ao homem surdo-mudo, “continua pelos séculos dos séculos a ecoar na vida dos surdos e surdas do mundo inteiro, que revivem e atualizam o milagre perto da Galiléia” (Pastoral do Surdo, 2006, p. 5). É nessa perpetuação do “Abre-te” que a Pastoral tras uma nova visão e torna-se resistência na atualização desse comando do Cristo Jesus, que se alinha com os novos elementos que constituem a vida das pessoas surdas através de um reconhecimento de uma linguagem própria dos surdos e de suas particularidades.

Desse modo, é possível incluir o surdo através da construção de uma lógica de empatia, gerando um despertar nos sujeitos não surdos para que abracem e acolham os sujeitos surdos, disseminando a Pastoral nos lugares que ainda não possuem abertura para essa construção fraterna e humana – e que liga ao divino. Ao mesmo tempo, está sendo construída aqui nessa terra, onde a Instituição Católica cumpre com maestria sua função social através de práticas e metodologias socioeducacionais de acolhida e amor.

Isso posto, deteremos-nos, a partir deste momento, à história de como se desenvolveu a Libras nas terras da Borborema e como culminou o surgimento da pastoral do surdo e sua atuação na promoção de um ambiente religioso inclusivo e atrativo para comunidade surda, correspondendo ao nosso quarto capítulo.

4 A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM CAMPINA GRANDE (PB) E A PASTORAL DO SURDO

Este capítulo é dividido em duas secções, nas quais está explícito que a história da Língua Brasileira de Sinais em Campina Grande, na Paraíba, é profundamente entrelaçada com a rica diversidade cultural e histórica da região da Borborema. A gênese da Libras nas terras da Borborema testemunha a resiliência e a criatividade da comunidade surda local, que desenvolveu uma forma única de comunicação gestual ao longo dos anos. Esse aspecto linguístico é uma verdadeira expressão da identidade surda, enraizada na história e nas tradições dessa comunidade específica.

Simultaneamente, a história da Pastoral do Surdo em Campina Grande representa uma narrativa quase perdida, repleta de desafios e conquistas. A análise dessa história revela a dedicação incansável de líderes e membros da comunidade surda, bem como de membros da Igreja Católica, que trabalharam juntos para estabelecer uma presença significativa da Pastoral do Surdo na cidade. Ao enfrentar obstáculos e superar adversidades, esse desempenho pastoral um papel vital na promoção da fé, inclusão social e apoio comunitário para os surdos em Campina Grande. Através de iniciativas educacionais, espirituais e sociais, a Pastoral do Surdo se tornou um farol de esperança, oferecendo orientação e apoio para uma comunidade que muitas vezes enfrentou a marginalização.

Assim, a história da Libras e da Pastoral do Surdo em Campina Grande é um testemunho da resiliência, determinação e espírito comunitário da comunidade surda local. Ela também ilustra a importância de preservar e celebrar essas narrativas, confirmando o valor cultural e linguístico que elas representam para a sociedade como um todo. Esses são os aspectos que serão abordados a seguir de forma mais detalhada.

4.1 A gênese e disseminação da Libras nas terras da Borborema

Após analisarmos o longo percurso da comunidade surda até os tempos hodiernos, podemos afirmar que esta luta não se deu de maneira uniforme ou concisa em localidades específicas, mas que foi crescendo através de uma tessitura que foi sendo costurada através de lutas individuais ou de grupos em determinados locais que foram se interligando, como numa trama.

Temos consciência de que por muitos anos “os próprios surdos não compreenderam a importância da comunicação através da Língua de Sinais para o processo de construção de sua Identidade Cultural, bem como para o desenvolvimento de sua cognição e linguagem”, o que gera, conseqüentemente, problemas sociais, emocionais e intelectuais numa sociedade disposta a marginalizar e segregar os diferentes pois, “a sociedade ignorava as comunidades surdas brasileiras que eram isoladas e discriminadas” (Monteiro, 2008, p. 3).

Ao nos depararmos com a história do Brasil, percebemos que os termos ‘silenciamento’, ‘invisibilidade’ e ‘omissão’ não são mera retórica, frente às estatísticas e estudos dos casos infundáveis de genocídio e exclusão. Eduardo Hoornaert (1990, p. 13) afirma que: “Somos uma república mestiça, étnica e culturalmente. Não somos europeus nem latino-americanos. Fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses é o produto singular e original que é o Brasil atual”. Também Euclides da Cunha – ponto de referência da virada do século – elaborou a primeira teoria interpretativa do Brasil a partir do binômio ‘moderno-arcaico’ (Hoornaert, 1990)

É essa uma das características peculiares de nossa gente, viver ora a bipolaridade, ora a fusão destas duas formas de estar no mundo. E como dizia também Euclides da Cunha, em sua obra magna ‘Os Sertões’: “O sertanejo é antes de tudo um forte” (CUNHA, 2002, p. 54); e vemos o termo ‘sertanejo’ no seu significado etimológico primário, como todo aquele que está longe do litoral. Uma das características que o faz forte é justamente esse contraste de *ethos* e visões de mundo tradicionais e modernas que convivem e se entrelaçam.

Valemo-nos do discurso de Fanon (2021, p. 12):

É fato que a imposição a ordem europeia trouxe completa desordem aos povos colonizados, desconectando-os de suas histórias, de suas paisagens, de suas relações sociais, de seus modos próprios de pensar, sentir e interagir com o mundo” (Fanon, 1968, p. 26). E isto não é algo do passado. A violência foi e continua sendo “uma das marcas indelévels deixadas pelo colonialismo nas relações herdadas e assumidas pelo Estado brasileiro.

Frente a tudo aquilo que é divergente a cultura dominante, definimos segundo Gonçalves (2021, p. 12):

A esse espaço reivindicado para si, por uma cultura que se pretende legitimada a suprimir, marginalizar e a destruir outras culturas, denomina-se espaço colonial. Trata-se de palco para uma dinâmica constituída por atos violentos, de agressão física, moral, cognitiva e cultural perpetrados contra aqueles que se opuserem ao seu funcionamento.

Percebemos que esse processo de silenciamento vigorou de maneira mais intensa e permanente nos interiores do Brasil, onde uma sociedade mais conservadora e sem o acesso às

informações, como no litoral e os grandes centros urbanos, fez com que o ‘atraso’ fosse tido como perpetuação de valores, de acordo com o espaço colonial.

Podemos, então, compreender – a partir desta visão acima explanada – o porquê dos primórdios da comunicação dos surdos em Campina Grande e os movimentos iniciais para a constituição da Língua Brasileira de Sinais no município só tenham surgido a partir de 1970. Abordamos esse fato a partir da visão de que “é no contexto de vida social que as LS se efetivam linguística e culturalmente” (SILVA et al. 2020, p. 3).

A partir de relatos contidos no artigo “A constituição da Libras em Campina Grande-PB: uma história que emerge das narrativas de surdos (1970 – 1996)” de Silva et., al (2020, p. 3), observamos por exemplo o relato de Zacarias:

Zacarias nasceu em 1960, na zona rural de Montadas, cidade vizinha a Campina Grande. É filho de pais ouvintes e tem três irmãs surdas. Apesar de, à época, se comunicarem por meio de gestos, destacou que a mãe “não ensinava nada durante sua infância”. Ele ficou em Montadas até os dezessete anos, quando viajou ao Rio de Janeiro para trabalhar na construção civil, em 1977. Mais tarde, em 1981, viajou a São Paulo para a casa de um tio, onde ficou trabalhando, mas afirmou não ter encontrado nenhum surdo nesse percurso. Retornou à Paraíba, mas agora para o município de Campina Grande, onde a constituição da libras em Campina Grande-PB: uma história que emerge das narrativas de surdos (1970 – 1996) estabeleceu residência com os demais familiares, que haviam se mudado. Destacou que só foi conhecer um surdo fora do ambiente familiar por volta de 1985, ao encontrar um surdo vindo de Pombal-PB, vendedor de chaveiros, que passava pela cidade. Esse surdo observou sua comunicação e lhe avisou que aquilo que ele falava era gesto e não sinais, que no Rio de Janeiro falava-se com sinais. Nesse mesmo ano, Zacarias estudou dois meses no CACE, em Campina Grande, mas por trabalhar viajando, não conseguia frequentar as aulas e abandonou a escola. No ano seguinte, 1986, ele foi a Pombal e aprendeu outros sinais com o surdo vendedor de chaveiros que havia conhecido. Quando retornou a Campina Grande, ensinou aos seus amigos surdos in., Josinalva e Joseildo, para os quais emprestou um livro com sinais, o livro do Padre (SILVA, 2020, p. 10).

Nota-se que sem o vínculo de uma comunidade surda que o possa acolher, compreender e transmitir o conhecimento da LS, não é possível se comunicar. E, apesar dos enormes avanços da Libras na história do Brasil, desde o período imperial, o grande interior do Brasil, ainda sofreu (e sofre) com a desinformação, o preconceito e a ignorância. Mas, que é sempre combatido através da transmissão de pequenos agentes transformadores, como é o caso de Zacarias.

É perceptível, através de diversos relatos, que “até meados da década de 1970, a LS não existia no município”, pois “não havia um sistema linguístico compartilhado entre os surdos”

(SILVA, 2020, p. 13). Entretanto, apesar de não haver nenhum atendimento institucional para as crianças surdas, “as que possuíam condições financeiras favoráveis, eram encaminhadas para escolas de surdos em outros municípios, como por exemplo, Recife (PE)” (QUEIROGA, 2017, p. 10).

Todavia, as demais crianças surdas dos sertões e interiores indiscriminados que eram muitas vezes tratados como animais ou vergonha da família:

Restava às demais crianças surdas ficarem em casa, restritas às relações domésticas e à utilização de gestos criados com a função de atender a resolução de questões absolutamente concretas do seu cotidiano, tais como: comer, dormir, tomar banho, pedir comida, dizer que sentia dor. A falta de instituições, de cunho reabilitacional ou educacional, impossibilitava que os surdos se encontrassem, que se reconhecessem como pares e, por fim, que adquirissem uma língua capaz de lhes propiciar o desenvolvimento pleno de sua humanidade (QUEIROGA, 2017, p. 10).

Essa realidade é invertida, em 1976, a partir do surgimento do CACE (Centro de Assistência à Criança Excepcional), uma sociedade civil filantrópica que recebia “clientela de crianças e adolescentes com os mais variados tipos de deficiência, realizando atendimento gratuito, uma vez que era mantido com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social”. Posteriormente em 1978, foi fundado o Instituto Campinense de Assistência ao Excepcional (ICAE): “as duas instituições eram os espaços de atendimento das pessoas com deficiência do município, com o CACE atendendo às crianças com paralisia cerebral e distúrbio de conduta e o ICAE atendendo aos surdos e às pessoas com deficiência intelectual” (QUEIROGA, 2017, p. 11).

A referida autora afirma que, mesmo esses institutos adotando o oralismo como base de seu trabalho, é delimitada sua criação como marco da história da LS, “por ter se constituído como o primeiro local de aglutinação de crianças surdas, o que permitiu o nascimento da comunidade surda campinense e a disseminação da Libras na região” (QUEIROGA, 2017, p. 11). Para Bagno (2014, p. 26), “(...) a linguagem é um fenômeno de ordem sociocognitivo”, ou seja, é um processo que ocorre não somente na parte cognitiva do sujeito, mas nas interações e relações sociais às quais esse sujeito está exposto.

O reconhecimento da Libras como língua oficial do município de Campina Grande ocorreu mediante a Lei Municipal nº 3584, de 22 de setembro de 1997 (Gianini, 2012, p.169), já institucionalmente, sabemos que em 1980 surge a Escola de Audiocomunicação de Campina Grande, mais conhecida como EDAC “com o objetivo de alfabetizar os surdos” (GIANINI, 2012; p.66):

De acordo com Sabino (2017, p. 25), a criação da escola se deu mediante duas necessidades: a falta de uma escola para alfabetizar os surdos e a carência de um espaço destinado para o estágio de habilitação em educação de deficientes, disciplina do curso de pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, que posteriormente se tornou Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (SILVA, 2019, p. 46).

As aulas começaram de fato em 1983, “numa sala cedida por uma igreja evangélica, já que só possuía dez alunos” e eram ministradas pelos alunos estagiários do curso de pedagogia, “da antiga UFPB atualmente UFCG” (GIANINI, 2012, p. 67). O prosseguimento dessa iniciativa se deu com a busca das professoras da UFCG através da Secretaria de Educação do Município de Campina Grande:

De imediato contamos com a simpatia e com o apoio efetivo dos seus dirigentes, mediante o pagamento do aluguel de um imóvel para a melhor instalação da escola e a designação de uma professora pertencente ao quadro docente do município, ex-aluna da Habilitação, a partir do segundo semestre de 1983. Era o início da parceria entre a UFPB e a SEC do município de Campina Grande para a criação, manutenção e encaminhamentos necessários para a oficialização da escola, denominada à época, de Centro de Desenvolvimento da Audiocomunicação “Demóstenes Cunha Lima” (GIANINI, 2012, p. 67).

A escola foi criada dentro do modelo estadual que seguia as diretrizes do Centro Nacional de Educação Especial. E assim, foi criada “por força do Decreto Estadual nº 10.288 de 16 de julho de 1984 a criação da Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande”. Que até o início da década de 1990 baseava seus alunos na abordagem oralista de ensino – que já foi vista neste trabalho no primeiro capítulo (GIANINI, 2012, p. 68).

O Oralismo, que vigorava conforme explanado no primeiro capítulo, não trazia o desenvolvimento dos alunos surdos. Ao contrário, por meio dessa perspectiva, o que se tinha a continuação de uma escolaridade sem progressão, sem terminalidade e sem aprendizagem, o que levou os responsáveis dessa escola, que contava com mais alunos a cada ano, a adotar no ano de 1991, o português sinalizado (Bimodalismo) como recurso no processo de ensino e aprendizagem (GIANINI, 2012, p. 69).

Sendo uma das preocupações da educação bilíngue-bicultural o acesso ao currículo escolar pleno, tomamos como meta assegurar, através da utilização da língua de sinais, um ensino com as mesmas exigências e qualidades que se utilizam na educação de ouvintes. Na verdade, o que se procurava oferecer aos surdos era e ainda é uma escola regular, mas bilíngue, na qual a língua das interações sociais e educacionais é a Libras, considerada a primeira língua (L1) para os surdos do Brasil, e a Língua Portuguesa, entendida como segunda língua (L2), e priorizado o ensino de sua modalidade escrita (GIANINI, 2012, p. 72).

Gianini (2012, p. 71) afirma que: “Começamos a buscar a implantação de um ensino regular, como o oferecido a alunos ouvintes, com bases pedagógicas e não mais uma educação especial, pautada em princípios clínico-terapêuticos. Um ensino regular, porém, bilíngue”. Agora, tem-se uma perspectiva que envolve também os docentes, uma vez que a Libras passa a ser ensinada também aos professores e instrutores que, até então, tinham apenas como referência o treinamento de oralização de palavras.

Vemos que, a partir dessa escola, diversos projetos foram surgindo e a comunidade surda foi ganhando visibilidade e condição de possibilidade de mudança para a cidade e toda a região circunvizinha do município de Campina Grande, pois, “a promoção da comunidade surda também se tornou um dos objetivos da Escola” (GIANINI, 2012, p. 73).

O programa de Educação de Jovens e Adultos foi um fator decisivo para esta promoção. A sua implantação, desde 1993, tem contribuído para a valorização da Libras, a elevação da autoestima dos surdos adultos, e uma melhor compreensão da realidade e estímulo à organização social. O apoio à criação da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG) constituiu uma das ações da EDAC no sentido da organização social da comunidade surda. Em parceria com outros órgãos, a EDAC presta assessoramento no acompanhamento dos alunos em cursos profissionalizantes e dá suporte à sua inserção no mercado de trabalho. Outra forma de apoio aos surdos adultos é ajuda-los na preparação para prestar exames em concursos públicos (GIANINI, 2012, p. 73).

Nos anos 2000, a EDAC implementou a segunda fase do ensino fundamental e, em 2004 o Ensino Médio “após um significativo esforço por parte da comunidade surda”, sendo até os dias de hoje de grande importância para todo o município e também para todas as cidades circunvizinhas atendendo a alfabetização de pessoas inaudíveis (SILVA, 2019, p. 48).

Faz-se mister mencionar que a relação da comunidade surda local com outros surdos foi de grande importância para a disseminação da Libras nas terras da Borborema:

[...] seja os de fora que vieram aqui na cidade, seja os surdos daqui que viajaram para outras cidades. Isso é destacado nas falas de Conceição que viaja para Fortaleza com o irmão T. e Zacarias que tem contato com um surdo de Pombal. Tanto o surdo de Pombal quanto os de Fortaleza sabiam Libras, pois haviam tido contato com a comunidade surda do Rio de Janeiro e lá aprendido (QUEIROGA, 2017, p. 17).

O contato entre surdos de diferentes locais possibilitou interações e compartilhamento de saberes e de vivências, permitindo que eles pudessem se comunicar, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Além disso, outro aspecto importante é o surgimento do dicionário, como o intitulado *Linguagem das Mãos do Padre Eugênio Oates*, publicado no final da década de 1970. Sobre esse dicionário, Queiroga (2017, p. 17) destaca:

Essa publicação, uma compilação de sinais utilizados no estado de São Paulo, que Zacarias teve acesso e o adquiriu, por volta de 1987, em uma de suas viagens. Ao retornar à cidade, o empresta a IN., irmão de Josinalva e Joseildo. Esses, com a ajuda de uma irmã ouvinte, aprendem os sinais com seus respectivos referentes. A partir desse momento as narrativas apontam para a existência da Língua Brasileira de Sinais – Libras. no mundo, visto que o dicionário continha o sinal e as explicações escritas no português. Dessa forma, os surdos foram substituindo os gestos locais pelos sinais do dicionário.

No ano de 2003, foram obtidos avanços na educação superior. Segundo Silva (2019, p. 49), a Universidade Federal da Paraíba inaugura em Campina Grande um núcleo destinado ao atendimento de educação inclusiva. “O núcleo passou por melhorias e possui atendimento profissional, além de possuir professores capacitados nas várias áreas, habilitados para o atendimento de pessoas com deficiências”. Para a comunidade surda, são disponibilizados professores surdos e intérpretes para o acompanhamento nas atividades acadêmicas dos alunos surdos que estudam em várias áreas do conhecimento na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Outra ação de valorosa importância foi a criação de cursos destinados à profissionalização de pessoas surdas. No dia de 22 de julho de 2009, a Universidade Federal da Paraíba, por meio do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, institui a Resolução Nº 42/2009, que “Cria o Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura à distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, da UFPB” (Resolução Nº. 43/2009).

Sobre a proposta do curso:

Compreende-se o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras/LIBRAS, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso. As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes, habilidades dos formandos e encontram-se relacionadas no Anexo I. O Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, Licenciatura a distância, tem como finalidade conferir o grau de Licenciado, aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente (Resolução Nº. 43/2009 art. 1º, §1º, e §2º. E art. 2º).

Seguindo a linha de conceituação dessa resolução supracitada, na cidade de Campina Grande, no *campus* sede da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, foi criado curso de Letras Libras que inicia suas atividades em 2016, pela resolução nº: 07/2016, que aprovou a

oferta de uma licenciatura em Letras Libras, na Unidade Acadêmica Letras do Centro de Humanidades do *Campus* de Campina Grande. O curso tem como objetivo formar profissionais habilitados para atuarem na educação de surdos, respeitando sua cultura e sua identidade.

A estrutura curricular do curso foi aprovada pela Resolução Nº: 08/2016, que definiu as diretrizes pedagógico-curriculares para a formação dos licenciados. O curso funciona no turno diurno, com uma entrada anual, e oferece 30 vagas por vestibular, sendo 22 delas reservadas para pessoas inaudíveis. O primeiro vestibular com vagas destinadas a essa graduação foi realizado em 2017.1 e, desde então, o curso vem contribuindo para a inclusão e valorização dos surdos no ensino superior.

Essas iniciativas são frutos de políticas públicas que visam promover a equidade e a diversidade na educação brasileira, garantindo aos surdos o acesso a um ensino de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento profissional e social.

Para entender melhor a importância e o caráter imperativo de políticas públicas para os surdos, é essencial conhecer a história e o conceito da Língua de Sinais e a formação cultural e identitária da comunidade surda. No próximo tópico, serão abordados alguns aspectos históricos sobre o desenvolvimento da Língua de Sinais na Igreja Católica, no contexto regional do município de Campina Grande.

Assim, é relevante para a análise saber como as comunidades surdas se formaram, especialmente a participação de alguns setores da sociedade e dos próprios surdos na luta pela oficialização e pelo reconhecimento em todos os recantos do País. Para entender a evolução da Língua de Sinais no Brasil, até chegar aos moldes atuais, é fundamental conhecer a história e a conquista da comunidade surda e suas implicações na legislação que acontecem de maneira singular em cada rincão do “Brasil real”²¹.

4.2 A Pastoral do Surdo em Campina Grande: Registro de uma história quase perdida

Em julho de 1996, a professora Maria do Socorro Leal Cabral, recém-chegada à escola de Surdos de Campina Grande, durante as conversas informais, com surdos adultos e nos primeiros momentos da aula com as crianças, disse/expressou haver um desejo, por parte desse público surdo, de participar mais ativamente das atividades promovidas pela Igreja. Tal

²¹ “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” Utilizamos este comentário de Machado para mostrarmos as divergências entre a história oficial e a realidade dos lugares distantes dos grandes centros urbanos (Machado de Assis, “Comentários da semana”. Publicado originalmente o ‘Diário do Rio de Janeiro’, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1861 | Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938).

proposta estava relacionada ao desenvolvimento da aquisição da aprendizagem no espaço temporal. Além disso, a participação da professora acontecia nas missas da Igreja N. S do Rosário, no bairro da Prata, em Campina Grande, e no Grupo da Renovação Carismática Católica-RCC, na igreja citada.

Na época, havia na escola três monitores surdos que entravam nas salas desenvolvendo diversas atividades propostas durante o planejamento com a assessoria pedagógica da UFCG e, dentre as atividades, havia o conto de literatura infantil, através de livrões ampliados pelos monitores, em seguida o reconto da história pelos alunos, monitores ou a professora; a exploração do texto não verbal; tinha-se pertença dos alunos de algum animal, objeto, ou ainda das características dos personagens, e por fim todo um trabalho com o texto verbal explorando e construindo a aprendizagem da leitura e escrita dos alunos.

O relato dessas atividades é para situar que eram atividades prazerosas pertencentes ao eu de cada membro envolvido. Portanto, os monitores curiosos pelo fato de sempre a professora novata ir à igreja, falava sobre a igreja com sorriso nos lábios e querendo entender o que ocorria durante as missas faziam perguntas relacionadas aos rituais da missa. Há um livro grande, porém menor que os reproduzidos por eles. Em uma ocasião, há o relato que um dos surdos havia conseguido fugir da mãe, no final da missa, para ver se conseguia entender as histórias contadas, além de entender aquele “homem de vestido” e que depois, de vários anos de sua infância, já adolescente, repetiu a fuga, mas ficou frustrado, pois só tinha letras. Ao que lhe parecia, era o mesmo livro. Depois o homem de vestido (o padre) ficava falando, falando e ele não entendia nada, porque ninguém falava através da Língua de Sinais.

Ainda sobre o livro grande, vieram três perguntas: de que fala o livro grande? O que está escrito nele é difícil? As pessoas acham difícil, não aprendem, então tem que repetir sempre, sempre? Este monitor tinha sua mãe católica e mesmo sem sua vontade o levava para igreja e lhe reprendia com caso ele olhasse para os lados ou se distraísse. Sugiram também perguntas relacionadas à Via Sacra: qual o erro cometido pelo homem de cabelo comprido? Por que pregaram ele na cruz? À medida que a professora tentava responder aos questionamentos a “notícia” se espalhava entre os adolescentes e adultos a partir de então a professora começou a sentir o chamado para atuar numa catequese com os surdos dentro da igreja.²²

Como já vimos, “A Pastoral do Surdo Nacional” nasce buscando espaço na Igreja para as pessoas que não possuíam visibilidade, nem possibilidade de contato com o Sagrado, por

²² Relato da professora Maria do Socorro Leal Cabral, que atua na pastoral, desde sua fundação sendo uma protagonista até os tempos ordeiros.

serem deixadas sem mediação com todo o arcabouço religioso/doutrinário. E como essa história chegou em Campina Grande?

As fontes bibliográficas para nossa pesquisa – que foi afinada para o município de Campina Grande – são, no mínimo, escassas para nossa empreitada. Todavia, nosso trabalho se propõe também como motivador para que trabalhos posteriores possam delinear mais a fundo o percurso histórico aqui introduzido.

Tentamos guiar nossa pesquisa para diversos campos. Fizemos buscas incansáveis nos diversos meios, buscamos contactar pessoas, fazer entrevistas. Todavia, diversas portas foram fechadas para nossa empreitada. O que fazer diante de tal situação? Retroceder? Desistir e deixar morrer essa história que ainda não foi escrita a contento? Nosso labor se expõe à vulnerabilidade de não possuir dados bibliográficos aceitos pela Academia. Entretanto, lança as bases para que pesquisas futuras possam surgir, trazendo luz a essa belíssima história.

No dia 10 de julho de 2019, a senhora Maria do Socorro Leal Cabral deu uma entrevista ao senhor Marco Danilo para a Revista da Diocese de Campina Grande, por meio da qual nos é revelado alguns detalhes da criação da Pastoral do Surdo nas terras campinenses. Ela relata que:

Na diocese de Campina Grande a primeira Pastoral dos Surdos a ser implantada foi na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, no ano de 1996, que tinha como Pároco o Padre Genival Saraiva e surgiu a partir de frequentes solicitações de alguns Surdos que buscaram sua professora M^a do Socorro Leal Cabral, para lhes explicar o que ocorria durante a missa, a partir de então iniciava-se na Paróquia do Rosário a ação de evangelização dos surdos, onde a comunidade surda foi e é acolhida atualmente. A Diocese de Campina Grande conta hoje com quatro paróquias e uma igreja que possuem Pastoral de Surdos beneficiando diretamente em torno de 100 pessoas. **A pastoral da Santíssima Trindade atualmente está “desativada”**, porém, foi a única onde surgiu a convite de seu fundador Padre Sérgio Leite a formação de **dois Ministros da Eucaristia surdos Damiana Pereira da Silva e Fabrício Alves Sampaio** e a intérprete **de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS Elizabeth da Silva Teófilo** dentre estes apenas Damiana continua a exercer este ministério na paróquia.

Com esse marco fundacional, em 1996, na Paróquia Nossa Senhora do Rosário que se encontra na Rua Nilo Peçanha, no bairro da Prata, outras Paróquias da cidade e das cidades circunvizinhas foram também abraçando esta causa: Igreja de São José em Gado Bravo (2001); Paróquia Nossa Senhora da Guia em Queimadas (2003); Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Aroeiras (2006); Paróquia da Santíssima Trindade em Campina Grande (2008) e Paróquia Nossa Senhora do Desterro em Boqueirão (2019).

Ao ser questionada a respeito das atuações desenvolvidas pela Pastoral do Surdo, a senhora Maria do Socorro ressaltou que as ações são desenvolvidas em diversos âmbitos:

Participação nas missas e sacramentos da igreja, Encontro com Cristo-EC, Encontro de Casais com Cristo-ECC, Encontro de Jovens com Cristo-EJC e estudos da palavra. As ações da pastoral não se limita apenas as atividades da igreja, ela está presente também em algumas necessidades pessoais dos surdos como acompanhamento a consultas e procedimentos por exemplo, acompanhar uma gestante no momento de seu parto e também aconselhamentos em conflitos familiares e ou profissional além de eventos sociais religiosos. **A Pastoral do Rosário ministra curso de Libras com o objetivo de quebrar a barreira da comunicação dentro da igreja.** É necessário destacar que por falta do saber da língua de sinais por parte das pessoas ouvintes é impossível a participação e atuação dos surdos sem a presença de intérprete da língua de sinais que mediam a fala entre surdos e ouvintes e vice-versa.

No ano de 2018, o atual Bispo da Diocese de Campina Grande Dom Dulcênio Fontes de Matos, realizou dois sonhos importantes das Pastorais do Surdo a nível diocesano; implantou no Seminário São João Maria Vianney²³ a disciplina de Libras e nomeou o Padre Fagner Welington G. da Silva como o Diretor Espiritual Diocesano das Pastorais do Surdo, que vem acompanhando desde 2014 com participação ativa junto aos Surdos nas celebrações das missas, sacramentos, aconselhamentos e eventos.

Percebemos, no que foi exposto neste capítulo, que o despertar da consciência do ser surdo aconteceu a partir do contato com outros surdos, propiciado, fundamentalmente, com a abertura do CACE, local onde os encontros entre os surdos geraram a necessidade de um compartilhamento linguístico que permitisse as interações sociais e de aprendizagens. Nesse sentido, não somente o fato de serem surdos os uniu, mas, associada a isso, a necessidade premente de comunicação numa língua que lhes servisse e que, na mesma medida em que foi produzida, gerasse uma consciência de pertencimento a uma comunidade humana. Isso se deu pelo fato de a língua promover uma identidade coletiva, produzindo a história da comunidade.

Com relação à Pastoral do Surdo nas terras da Borborema, é imprescindível que o nosso trabalho sirva como motivador para futuras pesquisas, entrevistas, buscas de maneira mais aprofundada para a preservação da história. Apesar dos avanços, ainda há muito a se fazer para que os surdos sejam integrados e contribuam para o progresso da região de Campina e para que as práticas religiosas sejam acessíveis a estes sujeitos. Eles ainda sofrem com a falta de acesso

²³ Localizado na Rua Estelita Cruz, nº 307 no Bairro Alto Branco, é responsável pela formação dos futuros padres que atuarão no território diocesano.

à informação e à comunicação em espaços públicos, mesmo que existam leis e decretos que garantam seus direitos.

A atuação da pastoral integrou a comunidade surda campinense no meio religioso católico, interpretando as Missas desde a época de sua criação uma vez por semana, geralmente aquelas que acontecem aos sábados à noite, bem como quando havia/há necessidade de tradução/interpretação na ministração de algum sacramento como: batismo, crisma, confissões e casamentos, além de atuar nos eventos promovidos pela igreja que foi a pioneira na diocese em fundar a pastoral. Infelizmente, não foi possível elucidar o número exato ou aproximado da quantidade de vezes de sua atuação, em decorrência da não disposição das várias entidades religiosas ou não que recebem os membros da pastoral em suas dependências. Isso deixa em evidência as barreiras que ainda são impostas a comunidade, impossibilitando também a elucidação de uma história de sofrimento, lutas e conquistas que se estendem até os dias ordeiros.

Diante das tessituras aqui delineadas, dos aspectos históricos, culturais apresentados sobre o diálogo entre a Pastoral dos Surdos, a Igreja Católica, o delineamento do desenvolvimento dessa pastoral e a sua importância para a visibilidade do surdo e de sua cultura, apresentamos, a seguir, as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso que se configurou na realização deste trabalho, procuramos responder ao questionamento de como a Libras se desenvolveu ao longo do tempo, até chegar em Campina Grande e ser desenvolvida e manifestada no contato com o Sagrado, através da Pastoral do Surdo.

O percurso que realizamos, do geral para o particular, quis apresentar uma visão ampla e plena de sentido, numa tessitura que costura a história da Igreja Católica e da Língua de Sinais ao longo do tempo, bem como, sua discreta chegada às terras da Borborema. Além disso, tivemos o intuito de trazer luz à história da Libras e da Pastoral do Surdo em Campina Grande, nas quais havia uma grande invisibilidade.

Percebemos que “a religião é um sistema orgânico de significados”, e esses significados são produzidos pelos grupos sociais entrelaçados no contexto de sua religião, que ganha caráter distinto nas diferentes regiões que são influenciadas pelo sincretismo, cultura local, clima, geografia, histórias particulares que preenchem o todo de socialização particular (ORO, 2013).

Isso posto, destacamos que o presente estudo se caracterizou como uma pesquisa **bibliográfica, descritiva, documental e fenomenológica**, pois se propôs a oferecer maior clareza ao tema apresentado, no sentido de proporcionar visão geral, proporcionando "maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2009, p. 41).

Alcançamos os objetivos gerais e específicos ao analisarmos o desenvolvimento histórico/religioso da Pastoral do Surdo na Igreja Católica presente na cidade de Campina Grande, através da identificação de como se deu o desenvolvimento histórico da Pastoral do Surdo, analisando as consequências e contribuições dessa Pastoral para a comunidade surda católica no âmbito social/religioso e também para a Letras Libras e formação de professores, discriminando os avanços dessa Pastoral para a inserção da Comunidade Surda na Igreja Católica de Campina Grande e sua relevância para a disseminação da Libras em Campina Grande.

A história da Língua de Sinais, posteriormente focada na Língua Brasileira de Sinais, e seus desdobramentos no âmbito religioso católico que desaguam em Campina Grande na segunda metade do século XX, fato de imprescindível labor e importância para que esta história não se perca nas tramas do destino que tentam ocultar as diferenças.

Entendemos a relevância de considerar a história e o processo de aceitação e inserção da comunidade surda em sua totalidade nos âmbitos da sociedade. Seu desenvolvimento é

marcado por lutas, desafios, censuras, violências, abusos, mas acima de tudo por resiliência e resistência em todos os períodos históricos citados acima.

Assim, para que pudéssemos contribuir para a história específica dessa comunidade na Pastoral do Surdo de Campina Grande, fez-se mister compreender a história em seu âmbito geral, para que compreendamos o particular. Para tal, buscamos pautar, no presente estudo, uma visão panorâmica da Libras a partir das correlações entre língua, história e cultura.

Somos responsáveis por trazer luz a essa história, para a qual tais fatos podem ainda se tornar desdobramentos futuros para outras pesquisas, tendo em vista as possibilidades de serem mais aprofundados, discutidos e analisados.

REFERÊNCIAS

AMATO, Rita de Cássia Fucci. *Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira*. Opus, n. 12, 2016.

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. *Introdução à Libras: língua, história e cultura*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

ASSIS-SILVA, César Augusto. *Igreja Católica e surdez: território, associação e representação política*. Religião & Sociedade (Impresso), v. 32, p. 13-38, 2012.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém* - Nova edição, revista e ampliada 3. imp. São Paulo: Paulus, 2004.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção 1, p. 28-30. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23/05/2023.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 23/05/2023.

BRASIL. *Lei nº 12.319*, de 01 de setembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov/>. Acesso em: 23/05/2023.

CARVALHO, P. V. *O abade de L'Epée no século XXI*. 1ªs Jornadas da LGP. Língua. Ensino. Interpretação. ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra, 2012. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=307>. Acesso em: 25/05/2023.

CERQUEIRA, Larissa Mota de (Organizadora). *Diversidade, inclusão social e educacional*. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

COSTA, Bianca Silva Lopes. *“Milagre do Efatá”: discursos e práticas do catolicismo na educação de surdos no Brasil (1950-1980)*. Tese (Doutorado); Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31473/1/TESE%20COMPLETA%20%20FINAL.pdf>. Acesso em: 05/07/2023.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

DALLE, Pablo; BONIOLO, Paula; SAUTU, Ruth; ELBERT, Rodolfo. *Manual de metodologia. Construcción del marco teórico, formulación de objetivos y elección de la metodología*. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100719035021/sautu.p df](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100719035021/sautu.pdf). Acesso em: 19/04/2023.

DINIZ, Heloise Gripp. *A História da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93667>. Acesso em: 12/06/2023.

EFFATA, Pastoral do Surdo Nacional. Disponível em: <http://www.pastoraldosurdo.org.br/index.php?id=7&arg=historia&n=Nossa20hist%C3%B3ria&t=A%20pastoral>. Acesso em: 09/07/23.

FERNANDES, Elaine Botelho Corte. *Aqui é o lugar do surdo. E põe essa imagem mais pra lá": línguas, representações e territórios em práticas de letramento de uma comunidade surda em contexto religioso ouvinte*. Tese (Doutorado); Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada, na Área de Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngue. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188404/FERNANDES%20Elaine%20Botelho%20Corte%202013%20%28tese%29%20UNICAMP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12/06/2023.

FREITAS, Marissandra Silva Do Rosário. *Religião E Inclusão Social: Uma Análise Sobre O Trabalho De Inclusão De Surdos Em Igrejas Cristãs De Belo Horizonte*. Horizonte (Belo Horizonte, Brazil) 14.42 (2016): 665-67. Web. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93667>. Acesso em: 12/06/2023.

GIANINI, Eleny. *Professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação*. 2012. 204 f. Tese (doutorado em educação) Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14413/1/ElenyG_TESE.pdf. Acesso em 30/09/2023.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. – 12. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2009.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1988.

GONÇALVES, Douglas Oliveira D. ESPINOZA, Fran. CARVALHO, Grasielle B. V. *Violência contra terras indígenas no Brasil e a precária punibilidade de seus agentes*. Revista Culturas Jurídicas, Vol. 8, Núm. 20, mai./ago., 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas>. Acesso em: 05/04/2023.

HEATHERTON, T. F. et al. *The social psychology of stigma*. New York: The Guilford Press, 2000.

HOORNAERT, E. *O cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

IGREJA CATÓLICA. *Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo atual*. Vaticano, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/iiivaticancouncil/documents/vat-ii. Acesso em: 25/06/2023.

IGREJA CATÓLICA. *Documento da Santa Sé para Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981*. L'Osservatore Romano, Edição em Português, n. 12, p.6- 7, 22 mar. 1981. Disponível em: http://www.vatican//roman_curia/secretariat_etate/archivio/documents/rc_segst_19810304_doc. Acesso em: 05/07/2023.

LOIOLA, Éllen Soares de. *Terminologia em Língua Brasileira de Sinais - Disseminação e padronização de novos sinais-termo no contexto bíblico*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4006>. Acesso em: 02/07/2023.

LUSTICK, Ian S. *History, Historiography, and Political Science: Multiple Historical Records and the Problem of Selection Bias*. American Political Science Review, v. 90, n. 3, p. 605–618, 1996.

MCBURNEY, Susan. *History of sign languages and sign language linguistics*. In: PFAU, Roland; STEINBACH, Markus; WOLL, Bencie. (Eds.). *Sign Language: an international handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. Cap. 38. p. 948-909.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 13/04/2023.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 292–305, 2008. DOI: 10.20396/etd.v7i2.810. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/810>. Acesso em: 09/09/2023.

MOURA, M. C. de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. 1996. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ORO, Ivo Pedro. *O fenômeno religioso: como entender*. São Paulo: Paulinas, 2013.

PEREIRA, José Carlos. *Religião e exclusão social: a dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da Igreja Católica na Metrópole*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. *Surdos: o Narrar e a Política*. In: *Estudos Surdos*, Ponto de Vista. Revista de Educação e Processos Inclusivos, UFSC/NUP/CED, Florianópolis, n. 5, 2003.

PINTO, Fernanda Bouth. *A História da educação dos surdos no Brasil Oitocentistas*. Disponível em: <https://www.cultura-sorda.eu/resources/Bouth%20vendo%20vozes.pdf>. Acesso em: 12/06/2023.

QUEIROGA, Renatta Irys de Araujo; PORTO, Shirley Barbosa das Neves. *Vida, língua e memórias: reminiscências de surdos adultos dos anos de 1970 – 1990*. In: XIV Congresso de Iniciação Científica da UFCG, 2017, Campina Grande. Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica da UFCG. Campina Grande: UFCG, 2017. p. 1-4. Disponível em: <https://posgraduacao.ufcg.edu.br/anais/2017/resumos/xiv-cicufcg-5129.pdf>. Acesso em: 12/09/2023.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, César Augusto de Assis. *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. 2. Ed., reimpr. – São Paulo: Terceiro Nome, 2019. Formato *Ebook*.

SILVA, Emmanuella Faissalla Araújo da. *Acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/files/2020/09/ACESSIBILIDADE-PARA-PESSOAS-SURDAS-NO-DESENVOLVIMENTO-DE-CAMPINA-GRANDE-PB.pdf>. Acesso em: 09/09/2023.

SILVA, Érica Nelcina da. *Pastoral do Surdo no Brasil: uma modalidade de inclusão social da diversidade auditiva*. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Escola de Formação de Professores e Humanidades. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4872>. Acesso em: 04/04/2023.

SILVA, Érica Nelcina da. *Religião e Inclusão: Ação Pastoral e o Surdo na Diocese de Uruaçu-GO*. 2019. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4203>. Acesso em: 12/07/2023.

SILVA, Marinho Sérgio. LIMA, Niédja M. F. PORTO, Shirley B. N. *A constituição da libras em Campina Grande-PB: uma história que emerge das narrativas de surdos (1970 – 1996)*.

Revista Cocar. V.14 N.28 Jan./Abr./ 2020 p.243-262. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/index>. Acesso em: 19/04/2023.

SILVA, Sérgio Marinho da; PORTO, Shirley Barbosa das Neves. *A constituição da libras em Campina Grande-PB, entre os anos de 1970 a 1996: dialogando com histórias de vida de surdos e instituições educacionais*. In: XV Congresso de Iniciação Científica da UFCG, 2018, Campina Grande. Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da UFCG. Campina Grande: UFCG, 2018. p. 1-4. Disponível em: <https://doaj.org/article/c1a547f389244ec9a24f2b56683566aa>. Acesso em: 09/09/2023.

SKLIAR, C. *Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade*. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Pedro Paulo Ubarana De. *Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica*. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47071>>. Acesso em: 12/06/2023

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. UFCG, Resolução CSE/UFCG nº 07/. Secretaria dos órgãos superiores (SODS). Acesso em: 01 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.sods.ufcg.edu.br/index.php/camara-ensino/resolucoes>

VELOSO, E.; MAIA FILHO, V. *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*. 4. ed. Curitiba: Mãos Sinais, 2011. v. 1.